



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**OS BENEFÍCIOS ECONÓMICOS PARA AS ÁREAS
PROTEGIDAS**

Ana Carlos Melgo

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por

Professora Doutora Paula Odete Fernandes
Professor Doutor António Borges Fernandes

Bragança, novembro de 2022.



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**OS BENEFÍCIOS ECONÓMICOS PARA AS ÁREAS
PROTEGIDAS**

Ana Carlos Melgo

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por:

Professora Doutora Paula Odete Fernandes
Professor Doutor António Borges Fernandes

Bragança, novembro de 2022.

Resumo

Este estudo teve como principal objetivo analisar os benefícios económicos relacionados com as áreas protegidas. Em 1976 foi aprovado o Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de julho, que acrescenta à legislação existente sobre as Áreas Protegidas a questão do valor estético e cultural das mesmas. Todavia, apenas com a publicação da Lei de Bases do Ambiente, Lei n.º 11/87, de 7 de abril, são consagrados os conceitos de Área Protegida de âmbito regional e local, cuja gestão estaria a cargo das autarquias locais ou associações de municípios, designadas como Paisagem Protegida. As locais, de um território que preservam elementos naturais, culturais, paisagísticos ou recreativos.

Deste modo, o estudo incidiu sobre a vertente económica, sendo abordadas as empresas, do ramo do turismo, restauração, do concelho de Bragança e Vinhais, perto do Parque Natural de Montesinho, para perceber quais os benefícios económicos obtidos por estarem localizadas numa área protegida. Estas áreas proporcionam inúmeras vantagens, entre as quais: a localização, dinâmica na região, a criação de postos de trabalho, entre outros aspetos que identificam neste estudo, comparando-o com outras áreas desprotegidas a nível nacional.

O desenvolvimento local contempla aspetos que se situam muito além da simples dimensão económica, pois procura atingir diversos aspetos, tais como: social, ambiental, cultural e político, ou seja o desenvolvimento em escala humana. A presente investigação tem como principal objetivo estudar os benefícios económico-financeiros relacionados com as áreas protegidas, colocando em questão cinco hipóteses de investigação, verificando-se apenas associação entre as variáveis: região e dimensão empresarial. Concluiu-se que, a área do interior apresenta um desenvolvimento menos acentuado comparando-a à região do litoral, pois são regiões mais desenvolvidas e mais protegidas, em termos económicos e ambientais.

Palavras-Chave: Benefícios Económicos, Área Protegida, Rentabilidade, Empresas.

Abstract

The main objective of this study is to analyse the economic benefits related to protected areas. In 1976, Decree-Law no. 613/76, of 27 July, was approved, which added to the existing legislation on Protected Areas the question of their aesthetic and cultural value. However, only with the publication of the Basic Environmental Law, Law n.º 11/87, of 7 April, the concepts of Protected Areas of regional and local scope are enshrined, whose management would be in charge of the local authorities or associations of municipalities, designated as Protected Landscape. Protected areas are restricted places intended to preserve and conserve local regions of a territory that protect natural, cultural, scenic or recreational elements.

In this way, the study will focus more on the economic aspect, which means that I will approach companies in the tourism and catering sector in Bragança and Vinhais, near the Montesinho Natural Park, to understand the economic benefits for the protected areas. These areas provide numerous advantages, including: location, dynamics in the region, and job creation, among other aspects they identify in this study, comparing it with other unprotected areas at a national level.

Local development includes aspects that go far beyond the simple economic dimension, as it tries to achieve various aspects, such as: social, environmental, cultural and political, in other words, development on a human scale. The main objective of the current research is to study the economic-financial benefits related to protected areas, considering five research hypotheses, and to verify only an association between the variables: region and business size. It was concluded that the inland area presents a less accentuated development compared to the coastal region, because they are more developed and more protected regions, in economic and environmental terms

Keywords: Economic Benefits, Protected Area, Profitability, Companies.

Agradecimentos

Na realização da presente dissertação, tive a colaboração e apoio, humano e material, de algumas pessoas, pois ajudaram-me em termos de condições de trabalho, motivação e criação de estímulos, sem os quais este trabalho não teria sido possível. Assim, agradeço:

Ao Professor Dr. António Borges e a Professora Dra. Paula Odete, pela paciência, disponibilidade e as condições de trabalho que me disponibilizaram.

Aos meus Pais pelo apoio que me deram sempre, sei que por vezes não foi fácil, gerir todas as minhas emoções.

“Com esforço e trabalho tudo se consegue.”

Acrónimos e Siglas

EACN – Estudos e Ações de Conservação da Natureza

EVA – Valor Económico Acrescentado

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Agrícola

FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

LEADER – Ligação entre ações de desenvolvimento rural

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PAC – Política Agrícola Comum

PNM – Parque Natural de Montesinho

RCP – Rentabilidade dos Capitais Próprios

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas

ROA – Rentabilidade do Ativo

ROE – Rentabilidade dos Capitais Próprios

SABI – Sistema de Análise de Balanços Ibéricos

UE – União Europeia

UNIAG – Unidade de Investigação Aplicada em Gestão

WACC – Custo Médio Ponderado do Capital

Índice Geral

Índice de Figuras	vi
Índice de Gráficos	vii
Índice de Tabelas	viii
Introdução.....	1
1. Enquadramento Teórico.....	4
1.1 Áreas Protegidas em Portugal	5
1.2 O Papel das Áreas Protegidas em Portugal	9
1.3 Avaliação da <i>Performance</i> dos benefícios económicos	10
1.4 Contextualização da Problemática.....	10
1.4.1 Desenvolvimento económico da região	10
1.4.2 Estratégia e Desenvolvimento local	11
1.4.3. Desenvolvimento local sustentável	12
1.4.4. O empreendedorismo local	13
2. Metodologia de Investigação.....	15
2.1 Caracterização do Parque Natural de Montesinho	16
2.2 Objetivo do estudo e hipóteses de investigação.....	17
2.3 Medidas da <i>Performance</i> Empresarial.....	18
2.4. Instrumentos de recolha de dados.....	21
2.5. Descrição dos Métodos de Tratamento dos Dados.....	21
3. Apresentação e análise dos resultados	24
Conclusão, limitações e futuras linhas de investigação.....	40
Referências Bibliográficas	42
Legislação Consultada:	44
Anexos.....	45

Índice de Figuras

Figura 1: Mapa das Áreas Protegidas em Portugal.	7
Figura 2: Localização do Parque Natural do Montesinho.	16

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Distribuição das empresas, por região.	27
Gráfico 2: Distribuição da média do instrumento Capital Próprio por região.	32
Gráfico 3: Distribuição da média do instrumento EVA por região.	32
Gráfico 4: Distribuição da média do instrumento ROA por região.	33
Gráfico 5: Distribuição da média do instrumento ROE por região.	33
Gráfico 6: Distribuição da média do instrumento Capital próprio e passivo por dimensão.	35
Gráfico 7: Distribuição da média do instrumento EVA por dimensão.	36
Gráfico 8: Distribuição da média do instrumento ROA por dimensão.	37
Gráfico 9: Distribuição da média do instrumento ROE por dimensão.	38

Índice de Tabelas

Tabela 1: Distribuição das empresas pelos Parques naturais.	25
Tabela 2: Distribuição das empresas, por distrito.	26
Tabela 3: Distribuição da dimensão das entidades por região.	28
Tabela 4: Caraterização dos indicadores.	29
Tabela 5: Correlação de <i>Spearman</i> entre os indicadores.....	29
Tabela 6: Caraterização dos indicadores por região.	31
Tabela 7: Caraterização dos indicadores por dimensão.	34
Tabela 8: Caraterização dos indicadores para o Parque Natural de Montesinho e os restantes....	39
Tabela 9: Resumo dos resultados obtidos.	39

Introdução

As áreas protegidas são uma temática relevante para a área da Economia e do Planeamento e Desenvolvimento do Território. Neste sentido, o presente trabalho consiste na identificação do papel dos Parques Naturais no Planeamento e Gestão do Território como fatores de estrangulamento ou evidenciando potencialidades para o desenvolvimento regional e local. De forma a satisfazer as suas necessidades, o “Homem” procura, tal como outro ser vivo, utilizar o ambiente, as suas estruturas, elementos e processos procurando gerir as regras de funcionamento do espaço, reformulando-o de modo a preencher as suas carências. O Parque Natural de Montesinho (PNM) tem como um dos objetivos a promoção de um “desenvolvimento sustentado” e local apoiado em atividades tradicionais como o artesanato, o fumeiro e ainda no ecoturismo (Afonso, 2012).

Assim, a necessidade de introduzir medidas de proteção da Natureza tem vindo a ganhar uma importância crescente à medida que a pressão sobre os recursos naturais e as situações de delapidação têm aumentado.

O conceito “conservar a natureza” resume uma das atitudes dominantes face ao que se entende por “natural”, mas não deixa de ser curioso na medida em que a “natureza” se conserva a si própria. O

ato de conservar ou ordenar o território não decorre de uma exigência da natureza, mas representa uma necessidade humana. O gerir do suporte biofísico e a preservação das suas características essenciais, mantendo em aberto um máximo de opções em relação ao futuro, é uma tarefa difícil. Trata-se de uma intervenção assente no pressuposto de que, em cada lugar e em cada momento, existe um conjunto de imperativos de ordem ecológica, cujo desrespeito pode constituir uma ameaça para o bem-estar da espécie humana. Por outro lado, falar de “conservação” é também falar de recursos e, estes últimos, nada têm de absoluto. O valor dos recursos não é o mesmo ao longo dos tempos, o que foi recurso ontem pode deixar de o ser hoje ou no futuro. Gerir equivale a ponderar se as vantagens decorrentes de uma qualquer atividade humana são superiores ao potencial natural que eventualmente venha a ser destruído.

A questão de investigação que irá conduzir este estudo é: “Quais os benefícios económicos do PNM?”.

Deste modo, para alcançar o pretendido, ou seja, responder num sentido crítico a esta questão, é necessário decompor a mesma de modo a perceber se é favorável, ou não. Neste sentido, os objetivos a seguir definidos deverão ser precisos e mensuráveis, sendo que estes definem o âmbito de toda a dissertação, delineando até onde vai ser estudado o tema. Assim, os objetivos definidos são:

- Apresentar uma caracterização do PNM e os seus benefícios;
- Identificar uma relação teórica entre PNM e a região;
- Identificar motivações dos clientes no uso de negócios no PNM;
- Identificar os benefícios para a região relativamente às áreas protegidas;
- Caracterizar sócio demograficamente a população;
- Descrever o nível de qualidade de vida dos seniores/idosos;

Identificar as categorias de atividades de animação praticadas pelos seniores/idosos nas diversas categorias da animação: animação motora, animação lúdica, animação cognitiva, animação promotora do desenvolvimento pessoal e social, animação comunitária, animação através da expressão plástica, animação através da expressão e comunicação.

As Áreas Protegidas não são ilhas desinseridas da globalidade do território, como muitas vezes, ironicamente, são tratadas. Estes territórios são, também, uma imagem bem viva das contradições da nossa sociedade, despedaçada entre uma muito apregoada vontade de proteger e um aproveitamento insustentável da sua riqueza. Estes são espaços frágeis, espaços vulneráveis, espaços únicos, espaços diferentes, espaços privilegiados consoante o modo como forem encarados. Mas, indiscutivelmente, espaços abertos em que a única barreira que os protege é cada um e somos todos nós.

Assim, o trabalho apresenta para além da introdução, os seguintes capítulos: (i) enquadramento teórico onde é efetuada uma breve abordagem sobre as áreas protegidas em Portugal; (ii) metodologia de investigação utilizada para a elaboração do presente trabalho, bem como o principal objetivo do mesmo; (iii) apresentação e análise dos resultados. Termina-se apresentando as

conclusões do estudo e as suas principais limitações, bem como possíveis linhas de investigação futuras.

1. Enquadramento Teórico

A gestão de áreas protegidas é de extrema importância para os processos de planeamento e ordenamento que associados a políticas, objetivos, ações e tomando por base as ameaças a suster, as potencialidades a incentivar e as compatibilidades a monitorizar, permitem gerir os diferentes recursos existentes numa perspetiva de materialização do desenvolvimento sustentável, da conservação da Natureza e da manutenção da biodiversidade (Rodrigues, 2008).

Para um desenvolvimento sustentável (Rodrigues, 2008, p. 15), refere que “existem quatro ações desenvolvidas: Estudos e Ações de Conservação da Natureza (EACN); promoção e divulgação da Conservação da Natureza; promoção do desenvolvimento sustentável e a gestão corrente (despesas de funcionamento, vigilância, fiscalização, monitorização, pareceres e a elaboração de projetos e acompanhamento de ações).

A implantação de áreas protegidas, como é o caso do PNM, traz benefícios para as comunidades locais a nível da educação ambiental, turismo sustentável, marketing regional, emprego, uso

sustentável do solo, serviços ambientais e proteção da biodiversidade, mas nem sempre estes objetivos são atingidos ou até mesmo reconhecidos.

1.1 Áreas Protegidas em Portugal

De acordo com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), as áreas protegidas, de âmbito nacional, são criadas e geridas pelos mesmos, no entanto, as de âmbito regional ou local são criadas e geridas por municípios ou associações de municípios. As áreas de âmbito privado são propostas e geridas pelos respetivos proprietários. Assim, todas elas são designadas pelo ICNF, entidade que verifica se preenchem determinados critérios ou requisitos.

A criação de áreas protegidas é uma medida central nas estratégias de conservação da natureza um pouco por todo o mundo (Cumming, 2016). Ao classificar uma área como protegida, é reconhecida a presença de valores (naturais, paisagísticos, culturais e/ou outros) cuja preservação constitui um interesse coletivo, com benefícios para a sociedade. Atribui-se assim um estatuto (jurídico) especial a essa área, permitindo a aplicação de políticas e regras específicas que procuram garantir a manutenção dos valores existentes (Borrini-Feyerabend et al., 2013).

Para além das áreas protegidas “normais”, existem outros estatutos na União Europeia, tal como a Rede Natura 2000, isto é uma rede comunitária que representam os habitats e espécies de plantas e de animais.

As Áreas Protegidas em Portugal, de acordo com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), classificam-se como:

- Parque Nacional;
- Parque Natural;
- Reserva Natural;
- Monumento Natural;
- Paisagem Protegida.

O Parque Nacional é geralmente propriedade do Estado, que tem como objetivo principal a preservação de ecossistemas naturais de grande importância, como o Parque Nacional da Peneda- Gerês. Além disso, um Parque Natural tem como objetivo preservar o património natural e cultural de uma região, proporcionando à população um espaço de lazer, proporcionando atividades económicas, como é o caso do PNM (caso de estudo), Douro Internacional, Litoral Norte, Alvão, Serra da Estrela, Tejo Internacional, Serra de Aire e Candeeiros, Serra de São Mamede, Sintra-Cascais, Arrábida, Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Vale do Guadiana e Ria Formosa.

Por outro lado, as Reservas Naturais são áreas que preservam a fauna e a flora contra atividades que prejudiquem o ecossistema. Em Portugal, existem nove reservas: Dunas de S. Jacinto, Serra

da Malcata, Paul de Arzila, Berlengas, Paul do Boquilobo, Estuário do Tejo, Estuário do Sado, Lagoas de Santo André e da Sancha, Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António.

Cumming et al. (2016, p. 299) referem que uma área protegida resiliente é aquela que for “capaz de se adaptar a mudanças nas condições sociais e ecológicas ao longo do tempo, de uma forma que sustente a persistência a longo prazo de populações, comunidades e ecossistemas com interesse para a conservação”. Num mundo em rápida mutação, onde alterações globais nos domínios biofísico, socioeconómico e institucional ameaçam, cada vez mais, a manutenção da biodiversidade, e em que os níveis de eficácia das áreas protegidas são geralmente percecionados como baixos, (Leverington et al., 2010), garantir a sua resiliência parece cada vez mais importante.

Por fim, o Monumento Natural permite proteger uma característica ou elemento natural contendo um ou mais aspetos que, pela sua singularidade, representativo ecológico e raro, científico e cultural exigem a sua conservação e preservação. Portugal, apresenta sete monumentos, como por exemplo: Pegadas de Dinossauros de Ourém/Torres Novas, Carenque, Cabo Mondego, Pedreiro do Avelino, entre outros.

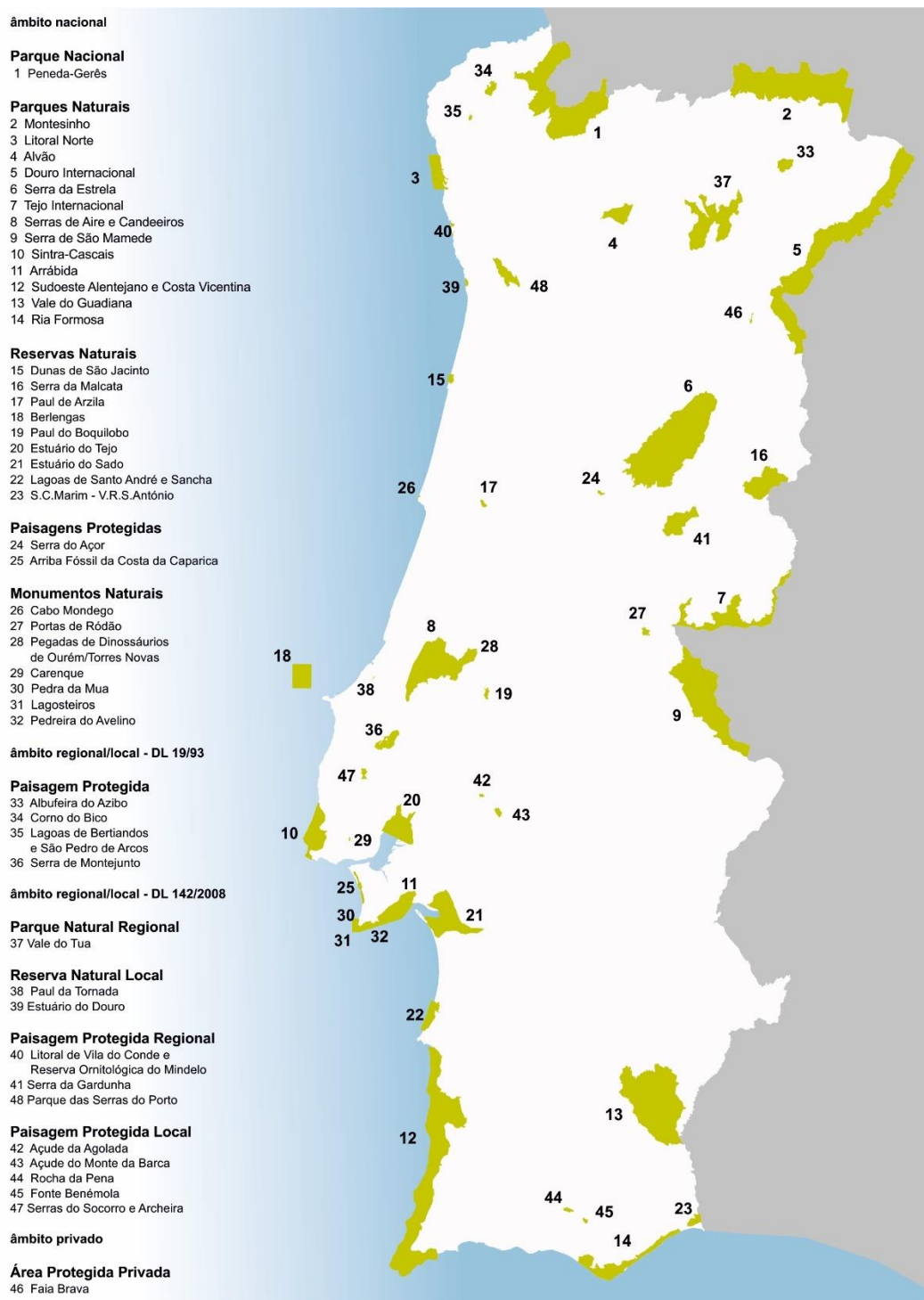


Figura 1: Mapa das Áreas Protegidas em Portugal.
Fonte: <https://www.dreamoverland.com/areas-protegidas>.

O decreto-lei n.º 19/93, de 23 de janeiro (Portugal, 1993), define áreas protegidas como uma área onde uma ocorrência natural que contém um ou mais aspetos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção de sua integridade. Paisagem protegida, segundo o decreto-lei n.º 613/76, de 27 de Julho (Portugal, 1976), corresponde ao que se designava reserva de paisagem e cujo objetivo era salvaguardar áreas rurais ou urbanas onde subsistem aspetos característicos na

cultura e hábitos dos povos, bem como nas construções e na conceção dos espaços, promovendo-se a continuação de determinadas atividades (agricultura, pastoreio, artesanato, etc.), apoiadas num recreio controlado e orientado para a promoção social, cultural e económica das populações residentes e em que estas participam ativa e conscientemente. Através do decreto-lei n.º 19/93, de 23 de janeiro (Portugal, 1993), a paisagem protegida passou a ter interesse regional ou local e a corresponder a uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, resultantes da interação harmoniosa entre o Homem e a Natureza e que evidencia grande valor estético ou natural. O decreto-lei n.º 19/93, de 23 de janeiro (Portugal, 1993), refere ainda que podem ser classificadas áreas protegidas de estatuto privado, a requerimento dos proprietários interessados, designadas sítios de interesse biológico, «com o objetivo de proteger espécies da fauna e da flora selvagem e respetivos habitats naturais com interesse ecológico ou científico».

Os objetivos das Áreas Protegidas veiculados neste aviso (artigo 3º) passam por:

- 1- “A preservação das espécies animais e vegetais e dos habitats naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade, valor científico ou por se encontrarem em vias de extinção.
- 2- Recuperação das populações animais e vegetais e dos seus habitats e proteção da fauna migratória.
- 3- Preservação dos biótopos e de formações geológicas e afins.
- 4- A importância da investigação científica.
- 5- Proteção e a valorização das paisagens.
- 6- A promoção do “desenvolvimento sustentável” da região, valorizando a interação entre o meio natural e o humano, e da qualidade de vida das populações.
- 7- A valorização das atividades culturais e económicas tradicionais, assente na proteção e gestão racional do património natural.”

Atualmente fazem parte da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), quarenta e sete áreas protegidas em Portugal, conforme apresentado na Figura 1, entre as quais são trinta e duas áreas de âmbito nacional (um parque nacional, treze parques naturais, nove reservas nacionais, duas paisagens protegidas e sete monumentos naturais) e catorze no âmbito regional e local, como é o caso do PNM.

Para Fadigas (2007, p. 17), “as áreas protegidas constituem espaços destinados a salvaguardar e valorizar expressões da paisagem, biótipos, valores naturais e científicos (faunísticos, botânicos e geológicos) arqueológicos, como forma de garantir a manutenção de equilíbrios ecológicos e paisagísticos fundamentais”. Ou seja, as áreas protegidas representam muito mais do que zonas livres da Ação antrópica: são também territórios que refletem um equilíbrio entre a paisagem natural e as atividades desenvolvidas pelo Homem e, no fundo, é da manutenção deste equilíbrio que dependem atividades económicas.

Relativamente à Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, Mota (2005, p.57) explica que “Portugal possui uma grande diversidade de património natural e, muito particularmente, um elevado número de endemismos e de espécies relíquia do ponto de vista biogeográfico e/ou genético, consequência de sua localização geográfica e de condicionantes geofísicas”. Em comparação aos restantes países da União Europeia, a rica biodiversidade portuguesa assume grande expressividade, porém também confere maior responsabilidade ao país na sua preservação.

1.2 O Papel das Áreas Protegidas em Portugal

Em Portugal, de acordo com o jornal o observador, debate-se muito sobre o ordenamento e conservação do território nacional, colocando um desafio, todos os anos, para desenvolver planos e ao mesmo tempo conservar as áreas protegidas e económica, permitindo o seu desenvolvimento e conservação. Devido à rápida deterioração dos recursos naturais, os locais onde a paisagem deve ser destacada, a criação das áreas protegidas parece ser o método mais expedito de salvaguardar esses valores. As questões referentes às Áreas Protegidas em Portugal, no sentido em que se entendem hoje, são bastante recentes. A primeira referência existente data de 1948, através do decreto-lei n.º 37/88, de 24 de novembro (Portugal, 1948) que menciona, pela primeira vez, a criação de Parques Naturais. Na verdade, o que então se pretendia era basicamente a constituição de reservas de caça, para assim se poder regular esta atividade e permitir a defesa da fauna.

Deste modo, a gestão das áreas protegidas é de grande importância devido aos processos de planeamento e ordenamento que estão associados às políticas, objetivos e ações correspondentes. Tomando por base as ameaças a suster, as potencialidades a incentivar e as compatibilidades a monitorizar, torna-se necessário gerir os diferentes recursos existentes, numa perspetiva de materialização do desenvolvimento sustentável, da conservação da natureza e da manutenção da biodiversidade. Ordenar e planejar são atos inerentes da atividade humana. O ordenamento e o planeamento têm necessidade de estabelecer uma ordem nos processos humanos, assim como, estabelecer regras de funcionamento que permitam uma harmonia para o desenvolvimento da região e, conseqüentemente, permitam atingir objetivos de satisfação de necessidades da mesma.

Segundo o autor Freitas (2012), a expressão de “turismo de natureza” tem a unicidade de agregar diversas atividades e produtos turísticos, que têm como suporte territorial as paisagens naturais. A ligação estreita aos espaços com estatuto de classificação ou reconhecido valor natural, designadamente as áreas protegidas, a forma de usufruir da natureza, com base na apreciação dos seus elementos singulares enquanto expressão da sua qualidade natural, as experiências de aprendizagem, são alguns dos elementos caracterizadores do turismo de natureza. Este, pelos motivos já referidos e ainda pelo facto de incluir uma significativa diversidade de motivações, assume diferentes modalidades (designações ou formas de expressão) como, por exemplo, ecoturismo, turismo de observação ou turismo de passeio pedestre. Este tipo de turismo pode induzir benefícios, em particular se estiver configurado numa perspetiva de desenvolvimento sustentado e integrado dos territórios.

1.3 Avaliação da *Performance* dos benefícios económicos

O benefício económico das áreas protegidas pode ser definido como o processo dinâmico mediante o qual é desenvolvida e implementada uma estratégia coordenada para atribuição de diversos recursos visando alcançar a conservação e utilização múltipla sustentáveis destas áreas. Este processo, tem em vista a utilização racional, ou a conservação quer dos recursos como do ambiente. Exige conhecimentos integrados em instrumentos de gestão eficazes e instituições dotadas de recursos humanos, materiais e financeiros capazes de se organizarem para a concretização dos seus objetivos.

A estrutura de funcionamento das instituições pode ser um dos principais obstáculos à gestão integrada. Diferentes instituições com competências distintas e interesses diversos, sobre uma mesma área, levam à definição de objetivos, também eles distintos e por vezes divergentes, que se traduzem em estratégias de ação não concertadas.

A *performance* ou desempenho empresarial tem sido um tema bastante debatido na literatura financeira, mas continua um assunto aberto dada a controvérsia nos seus determinantes (Neves, Henrique & Vilas, 2019; Vieira, Neves & Dias, 2019; Neves, Batista, Dias & Lisboa, 2021, entre outros). As empresas são compensadas por criar valor e nessa medida a *performance* pode ser influenciada por diversos fatores, tanto por características específicas das empresas, características macroeconómicas, religiosas, dimensão, culturais, entre outros. Na verdade, enquanto as características intrínsecas à gestão, de *corporate governance* assim como as variáveis macroeconómicas têm sido amplamente discutidas por diferentes autores (e.g., Vieira et al., 2019; Shahbaz, Karaman, Kilic, & Uyar, 2020 e Neves et al., 2021, entre outros), as variáveis relativas à corrupção dos países, religião e fatores culturais, são ainda uma inovação, nomeadamente quando se consideram em simultâneo com as características tradicionais, específicas das empresas.

Deste modo, na gestão de áreas protegidas são de extrema importância os processos de planeamento e ordenamento que associados a políticas, objetivos e ações, e tomando por base as ameaças, as potencialidades a incentivar e as compatibilidades a monitorizar, permitem gerir os diferentes recursos existentes numa perspetiva de materialização do desenvolvimento sustentável, da conservação da Natureza e da manutenção da biodiversidade.

1.4 Contextualização da Problemática

1.4.1 Desenvolvimento económico da região

O desenvolvimento económico da região tem duas palavras-chave, perceber como se tem chegado – mantido ou promovido – a um resultado satisfatório na equação que procura equilibrar e otimizar o uso público e o desenvolvimento económico com a proteção e conservação da Natureza e da biodiversidade, num quadro de inexistência de um plano de ordenamento eficaz e de evolução do conceito de parque natural na perspetiva do seu enquadramento legislativo. Neste sentido, foram

estabelecidas duas questões, para as quais as respostas podem contribuir para satisfazer a necessidade permanente de reunir e analisar informação sobre os resultados das políticas e intervenções com vista ao seu reajustamento/redefinição ou continuação, sendo este um dos principais desafios que se colocam à gestão de uma Área Protegida. Verificar que relação existe entre a componente dos investimentos destinada a ações de apoio à promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades locais e a componente dos investimentos diretos em estudos e ações de conservação da Natureza, bem como, relacionar os investimentos efetuados pelo PNM.

A importância das parcerias, relativamente ao PNM depende muito do setor do turismo, e do setor da agricultura pois preservam o mesmo, com as suas espécies cinegéticas que contribuem para o desenvolvimento e atração da região.

Por fim, o Turismo está numa fase de desenvolvimento moderado e com necessidade de ser impulsionado de modo a adquirir capacidade de afirmação e de competitividade. A oferta de alojamento turístico, dentro da área do PNM começou pela mão da própria administração, pouco tempo após a sua criação, e tem vindo a ser seguida pela iniciativa privada, contando hoje com cerca de 200 camas em Casas de Natureza, Turismo em Espaço Rural e Moradias Turísticas e 790 lugares na modalidade de campismo nos três parques de campismo, informação retirada na página do ICNF (<https://icnf.pt/conservacao/parques/parquenaturaldemontesinho>; 2017).

1.4.2 Estratégia e Desenvolvimento local

A inexistência de plano de ordenamento e gestão para o PNM durante tanto tempo, tem dificultado uma gestão integrada promotora de modelos de desenvolvimento privilegiados da proteção e da valorização dos recursos e da qualidade de vida das populações. Uma gestão que desenvolva e implemente uma estratégia coordenada, para gerir recursos ambientais, sociais, culturais e institucionais, com o objetivo de alcançar a conservação e o uso múltiplo sustentável desta área protegida, uma gestão que promovendo o desenvolvimento das diferentes vertentes dos recursos da área considere e atenua a conflitualidade potencial de usos e de interesses de diversa natureza inerentes e típicos de sistemas heterogêneos, abertos, dinâmicos e, por vezes, polarizadores.

Assim, o “desenvolvimento rural não é uma alternativa ao desenvolvimento agrícola, é um complemento, isto é a realidade mostra que, sem agricultura não há desenvolvimento rural e sem este a agricultura fica perdida” (Varela, 1995, p. 431). Esta ideia remete para o desenvolvimento rural não consegue evoluir sem a agricultura, sendo algo muito recorrente no nosso país, em que a maioria dos programas e medidas para o mundo rural remete no binómio rural-agrícola (como é o caso de muitos programas de ajuda europeus e a própria PAC) e, apesar de estarem relacionados, não traduzem os mesmos objetivos.

Deste modo, a maioria das pessoas continua a associar o termo “rural” à agricultura e à ideia da genuinidade do campo, por oposição ao “urbano”. Surgindo definições de carácter ecológico, como

é o caso da que Best e Rogers (1973, p. 26) apresentam: “o espaço rural compreende áreas com domínios agrícolas, florestais, assim como manchas em estado natural ou seminatural”.

Todavia, o espaço rural evoluiu, a agricultura perdeu muito, o que levou à diminuição de emprego neste sector, a migrações e envelhecimento da população, mas, por outro lado, as acessibilidades e a melhoria nas infraestruturas e nos meios de comunicação, assim como as TIC aproximaram estes espaços dos habitantes das cidades.

Na União Europeia, o desenvolvimento rural sempre foi destacado na política comunitária através de diversos fundos estruturais, como o FEOGA (ligado às compensações aos agricultores de «zonas desfavorecidas» e «regiões com condicionantes ambientais»), assim como os projetos LEADER, no âmbito de quatro iniciativas do FEADER. A própria PAC, depois de diversas reformas no âmbito da nova política de desenvolvimento rural da UE, “já não vê o desenvolvimento agrícola como sinónimo de desenvolvimento rural, assentando a sua abordagem em dois pilares distintos: as políticas de mercado e as políticas de desenvolvimento rural” (Pais & Gomes, 2008, p.17).

Atualmente, existe um consenso sobre o objetivo do desenvolvimento rural em melhorar a qualidade de vida da população rural, abarcando três grandes dimensões: a económica, a social e a política. Estes princípios vão de encontro ao Novo Paradigma Rural proposto pela OCDE. A OCDE propõe um conjunto de indicações que servem de guia, não definindo diretamente abordagens específicas ou quais as melhores práticas. Assim cabe a cada país definir as políticas rurais que são mais apropriadas localmente.

Deste modo, é necessário introduzir mudanças na política rural, como é o caso da introdução de meios de avaliação e monitorização, ajustes na estrutura de governança, principalmente no que diz respeito aos subsídios referidos anteriormente, uma melhor eficácia das despesas públicas em regiões rurais, na coordenação entre os diferentes poderes locais e os governos centrais. Pretende-se potenciar as especificidades locais, como é o caso de produtos locais ligados ao artesanato, agricultura (que já não é a “espinha dorsal” da economia rural na maioria dos países, mas continua a ter um papel importante) e impulsionar as parcerias público-privadas.

1.4.3. Desenvolvimento local sustentável

O desenvolvimento sustentável do PNM passa, sobretudo, por assegurar uma vida saudável, promover o bem-estar de toda a população residente, garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e do saneamento, promover o crescimento económico sustentado e inclusivo, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos, construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, torná-lo mais atrativo e dinâmico.

Em parte, esta mudança, que se tem verificado no tecido empresarial, deve-se à pressão competitiva introduzida pelo fenómeno da globalização, fazendo com que, essencialmente, as empresas do setor transformador mudassem a sua localização para locais com custo de mão-de-obra inferior e recorressem cada vez mais às inovações tecnológicas para maximizar e

umentar a produtividade (Duarte & Esperança, 2012). A consequência desta deslocalização foi o aumento exponencial do nível de desemprego e por sua vez o fraco desempenho económico. Neste sentido, com o objetivo de colmatar estes dois problemas, a União Europeia tem promovido, de uma forma cada vez mais acentuada, o empreendedorismo para inverter estas situações negativas. Numa economia, com elevados índices de globalização e competitividade, as vantagens associadas ao empreendedorismo aparecem, em parte, como uma solução para a promoção das economias locais. De facto, “a criação de novas empresas (que implica um investimento na economia local), a criação de novos empregos, a promoção da competitividade e o desenvolvimento de ferramentas de negócios inovadores” (Duarte & Esperança, 2012, p. 29).

1.4.4. O empreendedorismo local

Em Portugal, falar de empreendedorismo, implica, inevitavelmente, reconhecer a (ainda) relativa incipiência da iniciativa individual no nosso país, comparativamente ao Brasil, por exemplo, que ocupava o quinto lugar num ranking de 29 países, líderes em matéria de empreendedorismo. As taxas de empreendedorismo dos países melhor cotados rondavam os 20%, ao passo que Portugal conservava um número mais modesto, na ordem dos 7,5% (Martins, 2005, pp. 6-7).

O empreendedorismo é uma importante fonte de criação de emprego pois desempenha um papel fundamental na introdução de inovações na economia e constitui um mecanismo, que leva a economia e a própria sociedade a evoluir. Assim sendo, este tem um impacto muito importante no desenvolvimento regional e no crescimento das economias, das diversas regiões. A principal causa para o crescimento e desenvolvimento é o aumento da eficiência e da competitividade da economia, e no centro desse aumento da eficiência e competitividade está a inovação e na base da inovação está a iniciativa empresarial, ou seja, o empreendedorismo. O empreendedorismo evidencia aspetos que tendem a contribuir de maneira marcante com o alcance de níveis de desenvolvimento local sustentáveis, ampliando as oportunidades, alternativas e possibilidades para a população local.

A dinamização dos aspetos produtivos por meio da ação empreendedora procurará caminhos para as localidades avançarem na exploração adequada das suas potencialidades. Segundo, Pike et al (2006) é preciso ter a clareza de que o desenvolvimento dificilmente ocorrerá de forma espontânea, neste sentido seria uma mais-valia a implementação de um programa local de apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento de projetos empresariais inovadores. O principal objetivo consiste na criação um de ambiente simplificador para a criação de empresas no concelho, dando respostas rápidas às necessidades dos empreendedores, como por exemplo a divulgação de informação, acompanhamento e aconselhamento no que pertence a fundos nacionais e comunitários.

No entanto, com mobilização e esforços refletidos e devidamente articulados será possível contribuir para a evolução da região em diversos âmbitos.

Assim, alcançar o desenvolvimento vai requerer a convocação dos melhores recursos das lideranças locais, de tal modo que possam definir que tipo de espaço querem construir e, por isso, possam conceber estratégias e planos para transformar suas intenções em realidade. Em locais desenvolvidos será possível perceber a qualidade de atrair e deter talentos, isto é, pessoas preparadas com fortes possibilidades de produzir riquezas e impulsionar o desenvolvimento local.

2. Metodologia de Investigação

Nesta secção além de se apresentar o objetivo do estudo também se apresentam os métodos e técnicas que guiam a elaboração do processo pormenorizado da investigação. Assim sendo, uma investigação pressupõe ir-se à procura do desconhecido baseando-se, sobretudo, na análise de sinais que possam suscitar distintas enunciações hipotéticas, pretendendo, deste modo, apurar qual das hipóteses formuladas terá a justificação mais plausível (Sousa, 2005). Assim, descreve-se o propósito desta investigação, por outro lado está explicado como foi feita a extração da base de dados, assim como foi feita a seleção de todas as variáveis. Por fim, é apresentada uma breve descrição dos métodos utilizados para o tratamento dos dados, uma das dificuldades encontradas foi, desde logo, a impossibilidade de definir a dimensão do universo através da Classificação de Atividade Económica, uma vez que a CAE 55202 Turismo no espaço rural, compreende a atividade de hospedagem em casas particulares que, servindo ou não de residência aos donos, satisfaçam, pelas suas características específicas, os requisitos legais para fins turísticos com carácter familiar. Pode revestir a forma de turismo de habitação, turismo rural, agroturismo e turismo de aldeia. A área em estudo corresponde à área do PNM, delimitada conforme o estipulado no n.º 1, do art.º 2.º, do

Decreto Regulamentar n.º 5-A/97, de 4 de Abril, e representa um total de 74 229 ha. Administrativamente abrange território de dois concelhos e 38 freguesias.

2.1 Caracterização do PNM

O PNM fica situado no extremo Nordeste de Portugal, no distrito de Bragança, incluindo a parte norte dos concelhos de Bragança e Vinhais, tal como se pode observar na Figura n.º 2.



Figura 2: Localização do Parque Natural do Montesinho.

Fonte: https://www.museubiodiversidade.uevora.pt/areas-classificadas/parque-natural-de-montesinho/#mapa_imagem.

O PNM é caracterizado pelas belas paisagens de castanheiros alternados com os lameiros, onde predomina uma vasta diversidade de grandes campos de cultura e aldeias isoladas, caracterizadas pelo nordeste transmontano.

O art.º 3º, do Decreto Regulamentar n.º 5-A/97, de 4 de Abril, são objetivos específicos do PNM:

- Preservar as espécies animais e vegetais e os habitats naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção;
- Preservar os biótopos e as formações geológicas, geomorfológicas e espeleológicas notáveis;
- Preservar ou recuperar os habitats da fauna migratória;
- Preservar os locais que apresentem um interesse especial e relevante para a evolução natural dos processos ecológicos;

A principal atividade dos habitantes desta área é a agricultura, sendo que, na maioria dos casos, assume mais o carácter de agricultura de complemento de outras atividades profissionais, ou da reforma, do que o de atividade profissional exclusiva. As explorações agrícolas, do PNM são, na sua quase totalidade, do tipo familiar, trabalhadas quase exclusivamente por conta própria. As

superfícies agrícolas, normalmente, são propriedade dos agricultores ou explorada através de acordos informais, intra ou extra-familiares, que possibilitam aos agricultores o acesso ao uso da terra sem que disponham da propriedade plena ou que recorram ao arrendamento formal.

Assim, o desenvolvimento da região é constituído essencialmente pelo fumeiro tradicional (caracterizado pelo porco bísaro) e ao nível do turismo tem algumas praias fluviais, alojamentos em bungalows, percursos pedológicos aldeias comunitárias e na área da restauração podem desfrutar dos pratos típicos da região de Trás-os-Montes.

Por fim, o PNM possui um rico património sociocultural com práticas quotidianas vindas de usos e costumes ancestrais, embora já marcadas pelas crescentes mobilidades das gentes e pelas inovações tecnológicas. As festas, são um exemplo disso, sendo um elo de ligação entre as aldeias e um pretexto para o reencontro de famílias e amigos. Têm especial valor as antiquíssimas "Festas dos Rapazes", realizadas principalmente na zona da Lombada por altura do Natal ou dos Reis, segundo o costume de cada aldeia. Outra das facetas da cultura regional é a música tradicional, que acompanha sempre as festividades e onde se destacam as sonoridades da gaita de foles. São notáveis ainda os exemplos de arquitetura popular, que utilizando os materiais característicos de cada região, resultam de milhares de anos de aperfeiçoamento e adaptação ao meio ambiente. Há também aspetos exclusivamente funcionais na arquitetura popular dignos de destaque, como os pombais, os moinhos e as forjas do povo.

2.2 Objetivo do estudo e hipóteses de investigação

A presente investigação tem como principal objetivo estudar os benefícios económico-financeiros relacionados com as áreas protegidas de Portugal, tendo como caso de estudo o PNM. Este parque localiza-se na terra fria do nordeste transmontano português, tal como já referido anteriormente.

Para completar o estudo foi, ainda, propósito dar resposta às seguintes hipóteses de investigação (HI):

HI₁: Existe uma associação entre as variáveis região e dimensão empresarial;

HI₂: Existe uma correlação direta e positiva entre os indicadores que medem a *performance* empresarial;

HI₃: Existem diferenças por região relativamente a cada indicador que mede a *performance* empresarial;

HI₄: Existem diferenças por dimensão empresarial relativamente a cada indicador que mede a *performance* empresarial;

HI₅: Existem diferenças por parque natural relativamente a cada indicador que mede a *performance* empresarial.

2.3 Medidas da *Performance* Empresarial

As empresas, cada vez, mais tratam diversa informação e se uma das etapas do processo produtivo apresentar uma baixa eficiência, toda a gestão fica comprometida. Neste sentido, definir medidas da *performance* é fundamental para a criação da estratégia de um negócio. Afinal, depois de definidas as metas e os objetivos no planeamento estratégico, os indicadores são um dos passos mais importantes para poder alcançar os melhores resultados (Gomes et al., 2011).

Assim, a *performance* empresarial está relacionada diretamente com a capacidade de uma organização conseguir medir e analisar os dados, utilizando para o efeito os sistemas de controlo de gestão. Deste modo, estes são orientados por duas estratégias e uniformizam a linguagem, isto é, chama-se semântica da organização. Esta aplica-se, para além do plano de contas e de indicadores, implica também comportamentos, atitudes e questões informais.

Cada vez mais, é utilizada a tecnologia e veio trazer um desafio muito grande às empresas, isto é, veio permitir-lhes analisar todos os dados, melhorar o desempenho dos seus colaboradores, aumentando o conhecimento e o perfil dos consumidores otimizando os recursos necessários.

Para Gitman (2004), há diversas maneiras para considerar o quanto a empresa é rentável, dentre elas, analisando-se o lucro do ponto de vista das vendas, retorno dos seus ativos, capital próprio e, até mesmo, o valor das ações.

As empresas acreditam que se deve medir a *performance* do que é estratégico para definir a remuneração e alinhar os incentivos. Alguns dos indicadores utilizados, para avaliar a *performance* e alinhar incentivos, são o ROE, ROI, ROA e o EVA, ou seja, são medidas utilizadas, de forma estratégica, com o objetivo de garantir os retornos desejados. Portanto, tendo em vista que os contratos entre gestores e empresas têm como objetivo assegurar bons níveis de rentabilidade, que procuram analisar o comportamento dos indicadores de *performance*, utilizados em diversos setores económicos. Ou seja, verificar se os referidos indicadores, os quais são utilizados, com parâmetros para definir a remuneração dos colaboradores, correspondem ao êxito obtido pelas empresas, com méritos do gestor, ou se são características comuns do setor no qual as empresas estão inseridas.

Segundo Assaf Neto (2017), o ROE significa em inglês "*Return on Equity*", que pode ser traduzido por "Retorno sobre o capital", este avalia a rentabilidade de uma empresa ao demonstrar o lucro que consegue gerar com o capital dos acionistas. Dificilmente uma empresa com um ROE elevado, por muitos anos, vai ter um desempenho negativo. Este serve para demonstra uma eficiência de gestão. Quando analisamos empresas do mesmo setor, o ROE pode ser um diferencial competitivo, pois quanto mais elevado, maior a capacidade daquela empresa ser rentável e repassar o lucro pelos seus acionistas. É uma métrica de qualidade e rentabilidade, medida pela equação (1):

$$\text{ROE} = \text{Lucro Líquido} / \text{Património Líquido} \quad (1)$$

Este indicador ROE é utilizado para medir a capacidade da empresa em ser lucrativa, indicando a remuneração que os sócios estão a ter do investimento que estes efetuaram na empresa, utilizando como base de cálculo o lucro e o seu capital próprio. O retorno sobre o capital próprio (ROE) é um dos diversos indicadores, que existe no mercado, para avaliar a eficiência de formação de lucro por meio do património líquido das empresas. Este indicador é considerado como uma das medidas tradicionais de rentabilidade, amplamente utilizadas pelos investidores, para avaliar a eficácia da administração na criação de valor para os acionistas, sendo denominado de *Return on Equity* (ROE), ou Retorno do Património Líquido, calculado com base nas demonstrações financeiras das empresas.

Outro indicador também utilizado para medir a *performance* é o ROA - "*Return on Asset*", que significa Retorno sobre o Ativo. Ou seja, este indicador mostra a rentabilidade e capacidade de geração de lucro total de um ativo dentro de uma empresa. Através dele é possível, para os investidores, identificar como as empresas conseguem ser lucrativas a partir de seus ativos demonstrados no Balanço.

Ferreira (2018, p.23), defende que: "uma correta gestão de custos é imprescindível quando se pretende maximizar o lucro de uma entidade. Sendo esta uma determinante controlável, é considerada uma das mais importantes quando se estuda a rentabilidade das empresas financeiras, consistindo numa medida de eficiência operacional. No seu cálculo estão incluídos os custos com o pessoal, as despesas administrativas, as depreciações e amortizações, as provisões líquidas e as perdas por imparidade, sendo que, quanto maior o seu peso em relação à receita total da entidade, mais negativo será o seu impacto na rentabilidade".

A determinação deste indicador encontra-se na equação (2):

$$\text{ROA} = \text{Lucro Líquido} / \text{Ativo Total} \quad (2)$$

Este indicador permite determinar a rentabilidade de todo o investimento efetuado pela empresa, ou seja, por norma apresenta valores inferiores ao ROE.

Por fim, o EVA - *Economic Value Added* é o lucro económico que uma empresa obtém em determinado período. Este indicador mede o desempenho financeiro da empresa com base na riqueza que ela efetivamente cria, após se deduzir o custo do capital investido no seu lucro operacional.

"O EVA constitui uma ferramenta de gestão extremamente importante. Ao confrontar a rentabilidade de um investimento com o seu verdadeiro custo, o gestor tem a noção clara do impacto das suas decisões no futuro da empresa, o que permite uma maior responsabilização. Desenvolve-se assim uma relação mais estreita entre o gestor e os acionistas que tende a consolidar-se se a remuneração deste estiver indexada ao EVA gerado, em que o gestor pensa e atua como se ele próprio fosse dono da empresa" (Mota, et al., 2005).

A ideia por detrás do EVA [equação (3)] é que um investimento só faz sentido se ele gerar o maior retorno possível sobre o capital investido para os acionistas. Além disso, o EVA tornou-se uma ferramenta popular pela qual a empresa pode maximizar o valor para os seus acionistas (Alsoboa, 2017).

Este indicador permite desenvolver objetivos fundamentais, tais como:

- Ligar incentivos de desempenho mais estreitamente a aumentos de riqueza para acionistas;
- Oferecer um foco único para a gestão de operações, o orçamento de capital, planeamento, avaliação de desempenho e remuneração variável;
- Promover uma cultura de alto desempenho e propriedade, onde os gerentes tomam iniciativas para criar valor.

$$\text{EVA} = \text{Lucro operacional líquido após impostos} - (\text{Capital total investido} \times \text{WACC}^*) \quad (3)$$

$$^*\text{WACC} = K_e E/(E+D) + K_d (1-T) D/(E+D) \quad (4)$$

Elementos presentes na fórmula:

R_e = custo de capital (custo de oportunidade exigido pelos acionistas);

R_d = custo da dívida (taxa de juro por dívida);

E = valor de mercado do património da empresa;

D = valor de mercado da dívida da empresa;

$V = (E + D)$ = valor total de mercado do financiamento da empresa (capital próprio e dívida);

E/V = percentagem de financiamento que é património próprio;

D/V = percentagem de financiamento que é dívida;

T_c = taxa de imposto corporativo (taxa de imposto).

Ou seja, o lucro operacional líquido (após impostos) é deduzido do custo do capital investido vezes o custo médio ponderado do capital (WACC) [equação (3)], obtendo-se deste modo o valor acrescentado que a empresa proporcionou num determinado intervalo de tempo. Como tal, embora o custo médio ponderado do capital possa muitas vezes ajudar a dar uma visão valiosa de uma empresa, deve-se sempre usá-lo junto com outras métricas ao determinar se se deve ou não investir em uma empresa.

2.4. Instrumentos de recolha de dados

A seleção dos instrumentos não só depende das questões de investigação, mas também da situação de investigação concreta, isto é, do contexto, pois só a visão global permite determinar o que será mais adequado e o que será capaz de fornecer os dados pretendidos. Segundo Turato (2003), a escolha do instrumento de recolha de dados dependerá dos objetivos que se pretende alcançar com a investigação e do universo a ser investigado. Portanto, antes de se proceder à recolha de dados, deve-se selecionar, elaborar e testar cuidadosamente os instrumentos.

O objetivo do estudo, centraliza-se em extrair e analisar dados económico-financeiros das empresas, dos diversos distritos em análise por forma a se constatar se existem diferenças entre as empresas localizadas nos parques naturais e as restantes empresas. Para isso, foi utilizada a base de dados do Sistema de Análise de Balanços Ibéricos (SABI), ferramenta de pesquisa de dados que fornece diversos indicadores económico-financeiros das empresas ibéricas, disponibilizada pela Unidade de Investigação Aplicada em Gestão (UNIAG). Deste modo, a investigação recorre a fontes secundárias e tem como objeto de estudo empresas portuguesas de pequenas, médias e grandes dimensões. Os dados que foram tidos em consideração aquando da extração dos mesmos, com recurso à SABI, foram os considerados imprescindíveis para dar resposta ao objetivo do estudo, sendo os mais relevantes os que constituem o balanço e a demonstração de resultados num período de 10 anos, de 2011 a 2021.

Em resumo, de referenciar que o objetivo do estudo assenta em realizar uma comparação entre empresas situadas nas diversas áreas protegidas a nível Nacional, ou seja, verificar se existem diferenças nos impactos destas mesmas em relação aos indicadores em estudo.

A classificação das empresas pode ser dada de várias formas pois para cada categoria existe um tipo de empresa que se encaixa em cada indivíduo. As empresas no estudo são classificadas segundo os seguintes critérios: volume de negócios, total do ativo e número de trabalhadores.

O êxito de uma empresa, dentro de um mercado cada vez mais competitivo, depende de diversos fatores, como por exemplo: qualidade dos produtos e serviços oferecidos, bom trabalho colaborativo, compromisso com a empresa, entre outros. Todas essas atividades dependem diretamente dos colaboradores. Portanto, é importante que a gestão possa contar com um tempo que conheça os objetivos da empresa. Assim, assegurar a satisfação dos colaboradores faz com que eles produzam mais e melhor, reduz a rotatividade no corpo de colaboradores, aumenta a capacidade da equipa, torna o ambiente de trabalho mais leve e atrai novos talentos para as empresas.

2.5. Descrição dos Métodos de Tratamento dos Dados

O estudo em causa, tem com principais indicadores de investigação a ROE, ROA e EVA, das empresas, relativamente ao distrito comparando-o com o PNM.

O indicador da rentabilidade dos capitais próprios (ROE) obtém-se pela divisão dos resultados líquidos (lucro operacional + resultados financeiros + resultados excepcionais – impostos) pelos capitais próprios.

Porém, a ROE, como qualquer outro, deverá ser utilizado com prudência. De facto, não tem em conta o modo de financiamento da empresa em questão. Assim, uma empresa que recorra bastante ao endividamento poderá aumentar consideravelmente a sua rentabilidade dos capitais próprios, sem, no entanto, aumentar a rentabilidade da empresa no seu todo.

A rentabilidade dos ativos é um indicador, em percentagem, que compara o lucro líquido com os ativos líquidos da empresa (ou seja, deduzidos das amortizações acumulada. Mede o lucro gerado por cada unidade monetária de ativos. Se a rentabilidade dos ativos for igual a 0,1 significa que cada 100 euros de ativos da empresa estão a gerar um lucro líquido de 10 euros. Quanto maior for este indicador, mais eficiente é a empresa.

Para dar resposta ao principal objetivo, num primeiro momento, de modo a caracterizar a amostra em estudo, foi realizada uma análise descritiva exploratória dos dados com recurso à estatística univariada. Para tal, recorreu-se à produção de informação descritiva com visualização dos resultados em tabelas de frequências (absolutas e relativas) e à produção de medidas de tendência central (média) e de dispersão (desvio-padrão) de acordo com a natureza das questões.

Para a análise descritiva recorreu-se às distribuições de frequências e às medidas estatísticas: mediana, quartis, média e desvio padrão. As variáveis: distrito, parque, região e dimensão são do tipo qualitativo e as variáveis EVA, ROA e ROE quantitativo. Também se utilizaram gráficos de linhas para ilustrar determinadas situações.

Posteriormente, efetuou-se uma análise inferencial para dar resposta às hipóteses de investigação enunciadas, tendo sido utilizados, sempre que possível, testes paramétricos. Quando tal não foi possível recorreu-se sempre ao alternativo, por violação dos pressupostos. Assim, para verificar a associação entre variáveis qualitativas, dada a natureza das variáveis, vai produzir-se o teste de independência χ^2 . O teste *t-Student* para verificar a existência de diferenças entre médias de duas amostras independentes relativamente às variáveis em estudo, e o coeficiente de correlação de *Spearman* para analisar a existência de relação entre variáveis, uma vez que o pressuposto de seguir a normalidade foi violado (Marôco, 2021).

Todavia, para se proceder à aplicação dos testes paramétricos foi necessário validar alguns pressupostos, pois caso contrário seria necessário recorrer à aplicação de testes não paramétricos (Marôco, 2021). Para tratar de 3 ou mais amostras independentes, e para se aplicar o teste da análise de variância (ANOVA) é necessário verificar se a distribuição da média amostral segue a normalidade recorrendo-se ao teste de *Kolmogorov-Smirnov* (quando $n \geq 30$), bem como verificar se as variâncias são homogéneas para amostras independentes através do teste de *Levene*, porém, como não se verificou o comprimento dos pressupostos foi necessário recorrer ao teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis* (Marôco, 2021). Em todas as análises, para a tomada de decisão

relativamente à validação das hipóteses de investigação foi assumido um nível de significância de 5% (intervalo de confiança de 95%).

De salientar que os dados numa primeira fase foram tratados em *excel* e posteriormente foram exportados para o SPSS versão 26 (*Statistical Product and Service Solutions*).

3. Apresentação e análise dos resultados

A amostra é extraída da base de dados SABI, apresenta as empresas do concelho, por dimensão, distinção dos parques e das regiões, comparando-as com o PNM e a sua região, esta contemplou 87130 empresas.

Na Tabela 1 apresentam-se os parques naturais envolvidos no estudo. Observa-se que a maioria das empresas, 84,70% (n=73802), não apresenta classificação como parque natural. Quanto aos parques naturais a representatividade mais elevada pertence ao parque natural da Ria Formosa, 4,05% (n=3532); parque natural da Arrábida, 2,62% (n=2286); parque natural de Sintra, 1,76% (n=1530); parque natural do Sudoeste Alentejano, 1,74% (n=1520) e parque natural da Serra da Estrela, 1,15% (n=1000). Os restantes parques naturais apresentam uma representatividade inferior a 1%.

Tabela 1: Distribuição das empresas pelos Parques naturais.

Parque	n	%
Parque natural da Arrábida	2286	2,62%
Parque Natural da Ria Formosa	3532	4,05%
Parque Natural da Serra da Estrela	1000	1,15%
Parque Natural da Serra da Sã	20	0,02%
Parque Natural da Serra de Aires	1340	1,54%
Parque natural de Montesinho	510	0,59%
Parque Natural de Sintra	1530	1,76%
Parque natural do Alvão	60	0,07%
Parque Natural do Douro Internacional	370	0,42%
Parque natural do Litoral Norte	110	0,13%
Parque Natural do Sudoeste Alentejo	1520	1,74%
Parque Natural do Tejo Internacional	650	0,75%
Parque natural do vale do Guadiana	220	0,25%
Parque Natural do Sudoeste Alentejano	180	0,21%
Sem parque natural	73802	84,70%
Total	87130	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Apresenta-se na Tabela 2 a distribuição das entidades estudadas por distrito. Destacam-se os distritos de Lisboa, 23,70% (n=20689); Porto, 14,61% (n=12759) e Faro, 11,19% (n=9770). Por outro lado, os distritos: Angra do Heroísmo, Bragança, Castelo Branco, Horta, Portalegre e Santarém tem uma representatividade inferior a 2%.

Tabela 2: Distribuição das empresas, por distrito.

Distrito	n	%
Sem distrito atribuído	5	0,01%
Angra do Heroísmo	790	0,90%
Aveiro	2350	2,69%
Beja	2299	2,63%
Braga	3979	4,56%
Bragança	1720	1,97%
Castelo Branco	1540	1,76%
Coimbra	2670	3,06%
Évora	2210	2,53%
Faro	9770	11,19%
Funchal	3840	4,40%
Guarda	2010	2,30%
Horta	1120	1,28%
Leiria	3160	3,62%
Lisboa	20689	23,70%
Ponta Delgada	2130	2,44%
Portalegre	1550	1,78%
Porto	12759	14,61%
Santarém	1740	1,99%
Setúbal	3660	4,19%
Viana do Castel	2460	2,82%
Vila Real	1840	2,11%
Viseu	2839	3,25%
Total	87130	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

A distribuição por distrito, gráfico 1, demonstra que 30,64% (n=26700) das entidades encontram-se na região de Lisboa e Vale do Tejo e 28,80% (n=25090) no Norte de Portugal. As restantes entidades encontram-se distribuídas pelas outras regiões.

A relação da criticidade dos consumidores também é abordada por Silva e Lopes (2014), que ressaltam que os consumidores têm procurado, cada vez mais, organizações com imagem e reputação verde ou sustentável, que transmitam confiança, responsabilidade social e ambiental obrigando, assim, uma evolução conceitual e uma mudança de paradigma das regiões.

A região do Norte de Portugal apresenta uma dispersão, relativamente a distribuição das empresas por região, bastante notória, isto deve-se a proximidade e desenvolvimento das regiões, pois tem recursos como: boa localização geográfica, desenvolvimento da região, crescimento da mentalidade

empresarial do Norte. No entanto, Lisboa e Vale do Tejo apresenta um valor mais elevado, pois é um grande centro, onde tudo se concentra, onde os meios e recursos estão mais perto. Assim como os seres humanos possuem fases na vida como o: nascimento, crescimento, desenvolvimento e morte, as empresas também têm os seus ciclos. O estudo aponta para a importância de o empreendedor identificar a fase em que a organização se encontra e, assim, ter a capacidade de resolver os problemas comuns, para atingir a maturidade e manter-se constante. O fato de ser feita uma analogia entre a vida humana e as organizações facilita o entendimento das fases de desenvolvimento da empresa por parte do empreendedor, que passa a compreender desde elementos internos, como estilo de gestão, até questões relacionadas com o mercado externo.

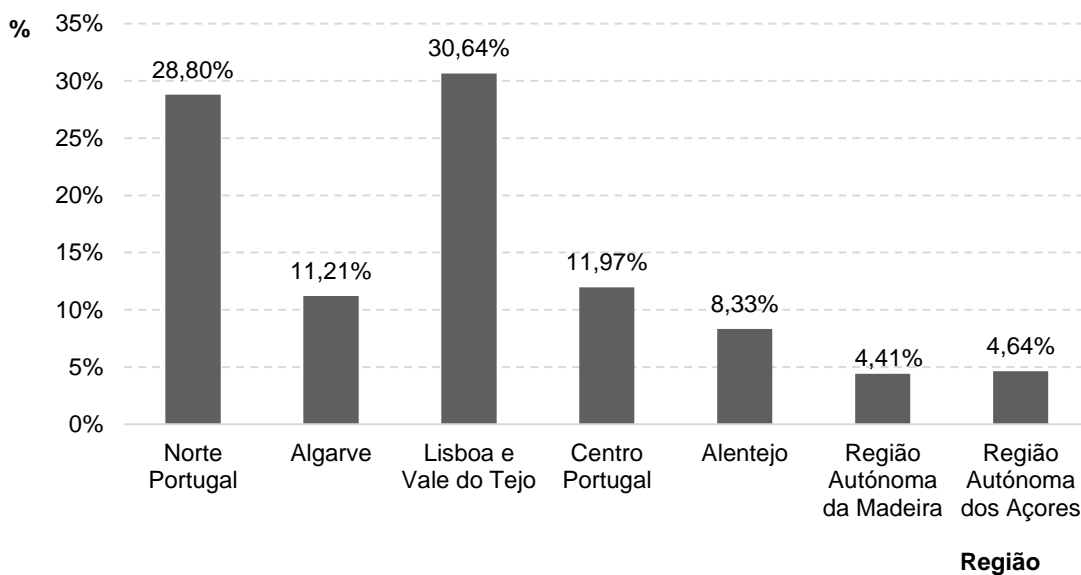


Gráfico 1: Distribuição das empresas, por região.
Fonte: Elaboração própria.

No que trata a dimensão das entidades (micro, pequenas, médias e grandes entidades) observa-se que a maioria, 54,15% (n=47128), são de grande dimensão e 34,1% (n=29722) são micro entidades. Na realidade observa-se que as dimensões das entidades são extremas, ou muito grandes ou extremamente pequenas, pois as entidades de pequena e de média dimensão representam 11,8% (n=10280) do total. Embora o comportamento observado para a dimensão se mantenha em cada região concluiu-se, pela aplicação do teste de independência do qui-quadrado, $\chi^2 = 526,942$; $p\text{-value} < 0,001$, que a dimensão da entidade estava significativamente associada à região. A aplicação do teste permitiu dar resposta à primeira hipótese (HI₁) de investigação, tendo-se verificado que existe uma associação, estatisticamente significativa, entre a dimensão empresarial e a região de localização das empresas. Assim, corroborou-se a hipótese de investigação.

Tabela 3: Distribuição da dimensão das entidades por região.

		Dimensão				Total
		Microentidades	Pequenas entidades	Médias entidades	Grandes entidades	
Norte Portugal	n	8563	2438	85	14004	25090
	% Região	34,1%	9,7%	0,3%	55,8%	100,0%
	% Dimensão	28,8%	25,2%	14,1%	29,7%	28,8%
Algarve	n	3366	1491	99	4814	9770
	% Região	34,5%	15,3%	1,0%	49,3%	100,0%
	% Dimensão	11,3%	15,4%	16,4%	10,2%	11,2%
Lisboa e Vale do Tejo	n	8855	2905	301	14639	26700
	% Região	33,2%	10,9%	1,1%	54,8%	100,0%
	% Dimensão	29,8%	30,0%	49,9%	31,1%	30,6%
Centro Portugal	n	3773	1075	45	5537	10430
	% Região	36,2%	10,3%	0,4%	53,1%	100,0%
	% Dimensão	12,7%	11,1%	7,5%	11,7%	12,0%
Alentejo	n	2435	944	32	3849	7260
	% Região	33,5%	13,0%	0,4%	53,0%	100,0%
	% Dimensão	8,2%	9,8%	5,3%	8,2%	8,3%
Região Autónoma da Madeira	n	1226	451	41	2122	3840
	% Região	31,9%	11,7%	1,1%	55,3%	100,0%
	% Dimensão	4,1%	4,7%	6,8%	4,5%	4,4%
Região Autónoma dos Açores	n	1504	373	0	2163	4040
	% Região	37,2%	9,2%	0,0%	53,5%	100,0%
	% Dimensão	5,1%	3,9%	0,0%	4,6%	4,6%
Total	n	29722	9677	603	47128	87130
	% Região	34,1%	11,1%	0,7%	54,1%	100,0%
	% Dimensão	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 4 apresenta-se a caracterização dos indicadores utilizados. Observa-se que o capital próprio e passivo apresenta média de 474488,98€ com desvio padrão de 1911642,37€ e EVA tem média de -10646,82€ com desvio padrão de 214697,14€. Por outro lado, a mediana observada foi de -4423,42€ e 25% das 38429 entidades com registo do indicador EVA tinham de pelo menos 373,68€. Quanto ao indicador ROA obtiveram-se registos de 39897 entidades que apresentam o valor médio de -2,28 com desvio padrão de 292,87. Destas entidades 50% tinha valor ROA de pelo menos -0,01. Relativamente ao indicador ROE obtiveram-se 28312 registos com média de -4,37 e desvio padrão de 710,45, destas entidades 50% apresenta ROE de pelo menos 0,00.

Tabela 4: Caracterização dos indicadores.

Indicador	Total capital próprio e passivo	EVA	ROA	ROE
n	40079	38429	39897	28312
\bar{X}	474488,98€	-10 646,82 €	-2,28	-4,37
s	1911642,37€	214 697,14 €	292,87	710,45
Mínimo	0,00€	-10 917 390,69 €	-58137,20	-118738,81
Máximo	114907683,00€	29 712 268,38 €	115,57	13439,07
1.º Q	24769,63€	-16 457,28 €	-0,10	-0,152170
2.º Q	121205,00€	-4 423,42 €	-0,01	0,00
3.º Q	363549,09€	373,68 €	0,02	0,15

Nota: n – n.º de observações; \bar{X} – média; s – desvio padrão; 1.º Q – 1.º quartil; 2.º Q – 2.º quartil ou mediana; 3.º Q – 3.º quartil.

Fonte: Elaboração própria.

As distribuições dos indicadores não apresentam distribuição normal, como se pode verificar pelo teste de *Kolmogorov-Smirnov* na tabela em anexo, Tabela A1. Assim sendo, recorreu-se à aplicação do coeficiente de correlação de *Spearman* para dar resposta à H₁₂ “Existe uma correlação direta e positiva entre os indicadores que medem a *performance* empresarial”. Através dos resultados apresentados na Tabela 5, verifica-se que os coeficientes de correlação não apresentam significância estatística com exceção dos capitais próprios e passivos com EVA. A correlação estatisticamente significativa apresenta intensidade fraca, ($\rho=0,096$). Neste sentido, a hipótese de investigação não se confirma.

Tabela 5: Correlação de *Spearman* entre os indicadores.

		CPP	EVA	ROA	ROE
CPP	Coeficiente de Correlação	1,000	0,096	0,002	0,001
	<i>p-value.</i>		(<0,001)	(0,700)	(0,865)
EVA	Coeficiente de Correlação		1,000	>0,001	0,001
	<i>p-value.</i>			(0,982)	(0,809)
ROA	Coeficiente de Correlação			1,000	0,120
	<i>p-value.</i>				(0,120)
ROE	Coeficiente de Correlação				1,000
	<i>p-value.</i>				

Fonte: Elaboração própria.

Atendendo aos resultados apresentados na Tabela 6 dos indicadores utilizados por região, assim como os gráficos 2, 3, 4 e 5 que permitem visualizar o comportamento das distribuições dos indicadores em torno da média. Quanto ao capital próprio e passivo observa-se que as regiões com os valores mais elevados foram: Lisboa e Vale do Tejo, 6494% e Algarve, 53,30%. Atendendo aos valores da mediana observa-se que estes são mais elevados na Região Autónoma dos Açores, Alentejo, Algarve e Centro de Portugal. Relativamente ao indicador EVA verifica-se que as regiões com valores médios mais baixos foram: Alentejo, -1656€, Lisboa e Vale do Tejo, -1208€ e a Região

Autónoma da Madeira, -1089€. No Alentejo 50% das entidades apresentaram EVA até -6372,84€. Quanto ao indicador ROA o norte de Portugal apresenta o valor médio mais baixo -6,22 com a dispersão mais elevada. O centro de Portugal e a região Autónoma dos Açores apresentaram os valores deste indicador mais elevados; 3,47 e 4,57, respetivamente. Relativamente ao ROE verifica-se uma enorme disparidade de resultados entre regiões, nomeadamente no Norte de Portugal, 15,29%, e no extremo oposto a região Autónoma da Madeira, 11,02%. Atendendo aos valores da mediana também se verifica disparidade de resultados entre regiões, nomeadamente entre o Alentejo e o Algarve.

Para dar resposta à HI₃ “Existem diferenças por região relativamente a cada indicador que mede a *performance* empresarial”, optou-se, numa primeira fase, por analisar a normalidade de cada indicador por região. Uma vez que se concluiu, pelo teste de *Kolmogorov-Smirnov*, as distribuições dos indicadores não apresentam distribuição normal por região, Tabela A2 do anexo, e dada a disparidade de resultados recorreu-se ao teste não paramétrico *Kruskal-Wallis* para comparar as distribuições entre regiões para cada indicador. Assim sendo, concluiu-se a um nível de significância de 5%, que os resultados entre regiões para qualquer indicador em estudo permitem afirmar a existência de diferenças, por região, estatisticamente significativas, pelo que se confirma a hipótese de investigação.

Tabela 6: Caracterização dos indicadores por região.

Indicador	Região	n	\bar{X}	s	\tilde{X}
Capital Próprio e Passivo (%)	Norte Portugal	11094	355420,83	1027589,18	109495,20
	Algarve	4961	535273,84	1517887,30	151067,76
	Lisboa e Vale do Tejo	12114	641003,49	2966424,94	95532,23
	Centro Portugal	4894	365062,52	980342,88	138612,89
	Alentejo	3421	473633,01	1649095,84	156216,73
	Região Autónoma da Madeira	1718	465988,58	1047381,32	125485,50
	Região Autónoma dos Açores	1877	237566,55	297382,54	188225,48
	Teste Kruskal-Wallis		H=222,524; p-value<0,001		
EVA (€)	Norte Portugal	10458	-9123,62	162747,76	-4535,40
	Algarve	4852	-8858,72	121339,23	-3244,90
	Lisboa e Vale do Tejo	11688	-12172,59	341332,08	-3745,23
	Centro Portugal	4697	-9235,56	81067,53	-4828,82
	Alentejo	3256	-16695,76	78661,56	-6372,84
	Região Autónoma da Madeira	1665	-10132,97	74865,89	-5098,85
	Região Autónoma dos Açores	1813	-7646,94	20649,93	-4970,14
	Teste Kruskal-Wallis		H=177,702; p-value<0,001		
ROA (%)	Norte Portugal	11051	-6,22	555,07	-0,02
	Algarve	4945	-0,68	15,47	0,00
	Lisboa e Vale do Tejo	12050	-0,85	19,41	-0,01
	Centro Portugal	4873	-0,33	3,47	-0,02
	Alentejo	3398	-1,58	58,01	-0,02
	Região Autónoma da Madeira	1710	-0,54	4,63	-0,02
	Região Autónoma dos Açores	1870	-0,30	4,57	-0,02
	Teste Kruskal-Wallis		H=235,48; p-value<0,001		
ROE (%)	Norte Portugal	<u>7992</u>	<u>-15,65</u>	<u>1328,29</u>	<u>0,00</u>
	Algarve	<u>3518</u>	<u>-0,32</u>	<u>18,36</u>	<u>0,03</u>
	Lisboa e Vale do Tejo	<u>8017</u>	<u>-0,82</u>	<u>29,70</u>	<u>0,01</u>
	Centro Portugal	<u>3637</u>	<u>-0,49</u>	<u>5,80</u>	<u>-0,02</u>
	Alentejo	<u>2436</u>	<u>-0,32</u>	<u>2,86</u>	<u>-0,02</u>
	Região Autónoma da Madeira	<u>1141</u>	<u>11,10</u>	<u>398,02</u>	<u>-0,01</u>
	Região Autónoma dos Açores	<u>1571</u>	<u>-0,65</u>	<u>12,81</u>	<u>-0,02</u>
	Teste Kruskal-Wallis		H=639,79; p-value<0,001		

Nota: \bar{X} – média; s – desvio padrão; \tilde{X} – mediana.

Fonte: Elaboração própria.

Para uma melhor visualização das diferenças que existem por região e para indicador que mede a *performance*, ou seja, a variabilidade de dados, vão apresentar-se alguns gráficos Barra de erros.

Pela informação apresentada no Gráfico 2, pode observar-se que as regiões que apresentam diferenças são no Norte de Portugal, Lisboa e Vale do Tejo, Centro de Portugal e Região Autónoma dos Açores, isto deve-se porque existem empresas com maior capacidade de adquirir bens.

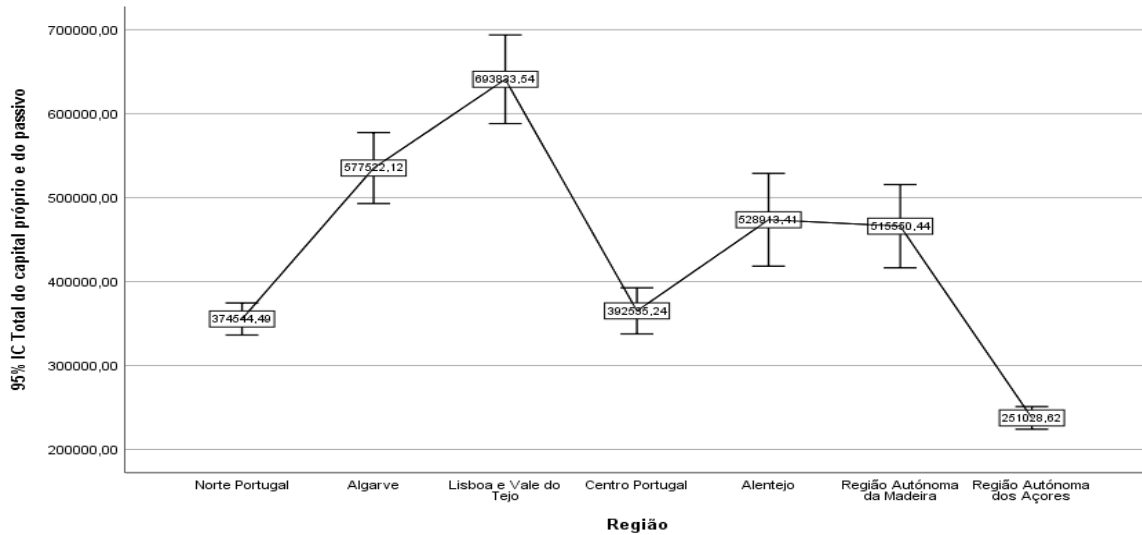


Gráfico 2: Distribuição da média do instrumento Capital Próprio por região.
 Fonte: Elaboração própria.

No gráfico 3 verifica-se uma elevada dispersão em torno da média do instrumento EVA em todas as regiões, pois o conhecimento do risco do negócio e da criação de valor, são informações diferenciadoras do suporte à gestão. Neste estudo, teve como objetivo verificar a relação existente entre a criação de valor gerada nas empresas da amostra e o risco de negócio que as mesmas apresentam, após um enquadramento teórico onde foram apresentados e caracterizados os indicadores ponto crítico operacional, margem de segurança operacional e grau de alavanca operacional, para medir o risco do negócio.

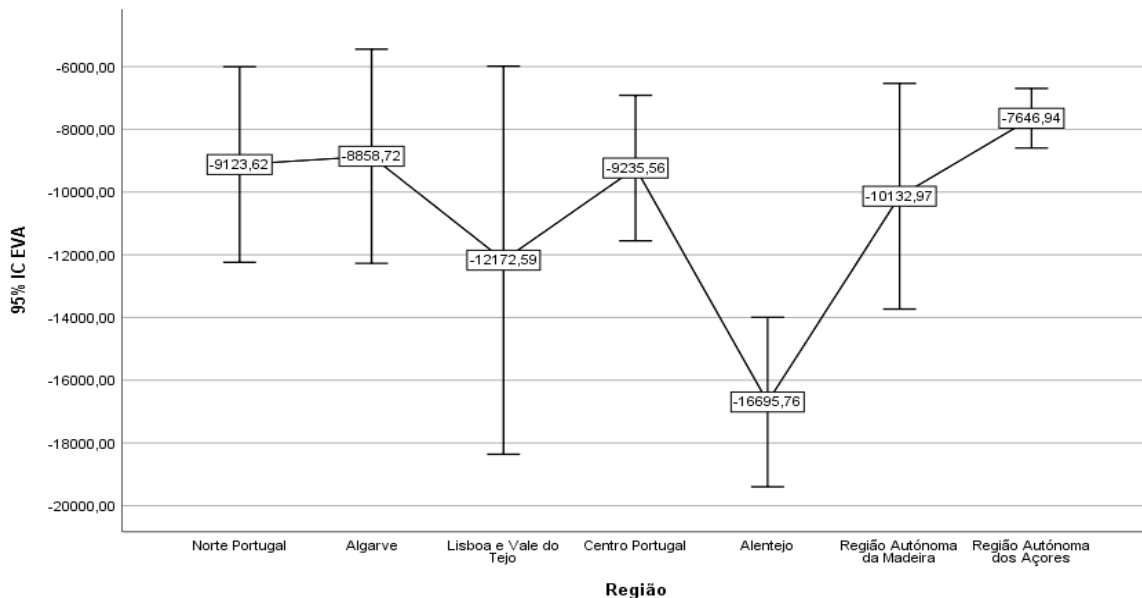


Gráfico 3: Distribuição da média do instrumento EVA por região.
 Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se maior concentração em torno do valor médio de ROA nas regiões do Algarve, Lisboa e Vale do Tejo, Centro Portugal, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores, porque apresentam uma maior rentabilidade dos investimentos efetuados pelas empresas.

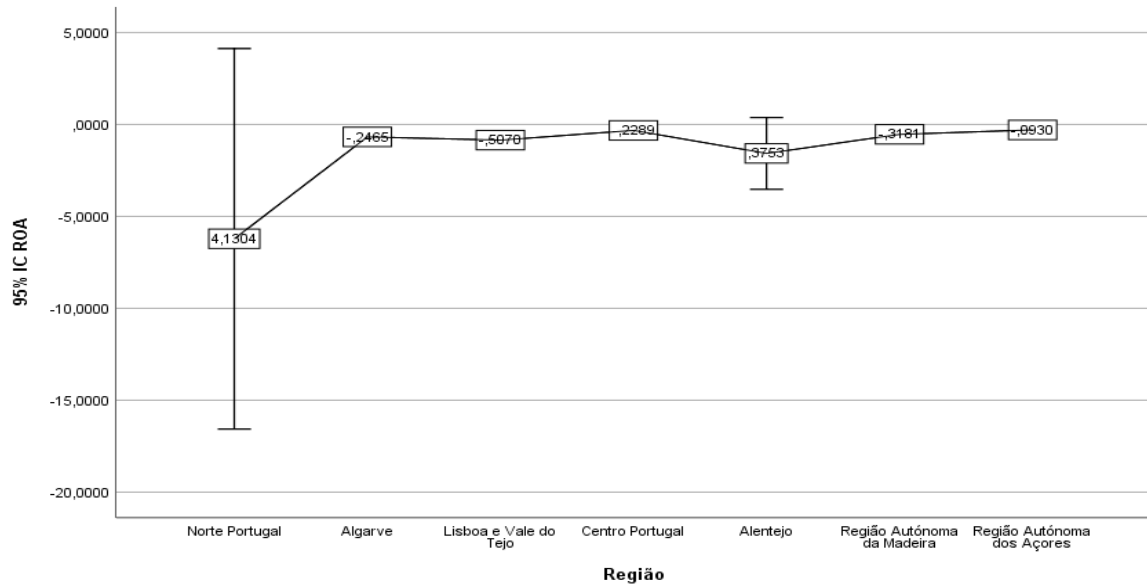


Gráfico 4: Distribuição da média do instrumento ROA por região.
Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se maior concentração em torno do valor médio de ROE nas regiões do Algarve, Lisboa e Vale do Tejo, Centro Portugal, Alentejo e Região Autónoma dos Açores, porque existe uma maior eficiência da gestão.

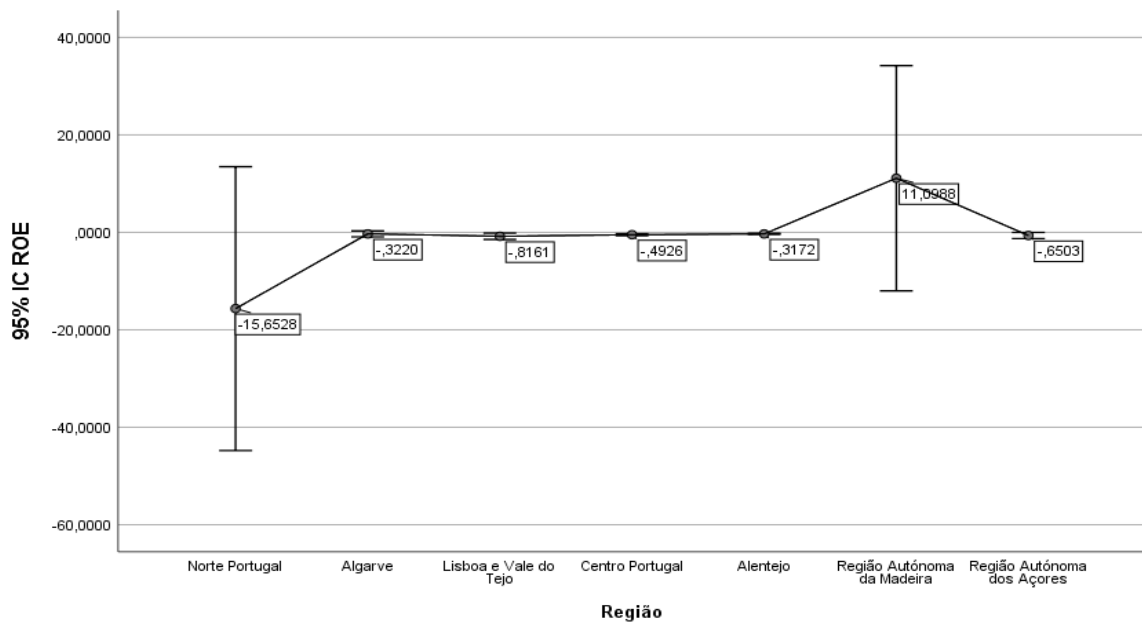


Gráfico 5: Distribuição da média do instrumento ROE por região.
Fonte: Elaboração própria.

Atendendo aos resultados apresentados na Tabela 7 dos indicadores utilizados por dimensão, assim como o gráfico 10 que permite visualizar o comportamento das distribuições dos indicadores em torno da média. No que concerne o capital próprio e passivo observa-se que o valor médio mais elevado, assim como a maior dispersão acontece nas entidades de média dimensão. Relativamente ao indicador EVA verifica-se que as entidades com valores médios mais baixos foram as de micro dimensão, 1297€. Observa-se que 50% das micro entidades apresentaram EVA até -4439,87€. Quanto ao indicador ROA as micro entidades apresentam o valor médio mais baixo – 235% com a dispersão mais elevada, 297,27%. As médias entidades apresentaram os valores deste indicador mais elevados, 0,04±0,03. Relativamente ao ROE verifica-se uma enorme disparidade de resultados entre entidades de diferentes dimensões, nomeadamente nas micro entidades, 4,43%, e no extremo oposto as médias entidades, 0,03±1,04.

Uma vez que as distribuições dos indicadores não apresentam distribuição normal por dimensão, tabela 3 do anexo, e dada a disparidade de resultados recorreu-se ao teste não paramétrico Kruskal-Wallis para comparar as distribuições entre dimensões para cada indicador. Assim sendo, concluiu-se a um nível de significância de 5% que os resultados entre dimensões das entidades para todos os indicadores em estudo são significativamente diferentes. Na hipótese 4 existem diferenças por dimensão empresarial, como se pode comprovar anteriormente, na tabela 7, relativamente a cada indicador que mede a *performance* empresarial.

Tabela 7:Caraterização dos indicadores por dimensão.

Indicador	Dimensão	n	\bar{x}	s	\tilde{x}
Capital próprio e passivo (%)	Micro entidades	38908	387729,78	1447983,71	112791,82
	Pequenas entidades	1109	2640941,03	3626173,59	1370601,03
	Médias entidades	62	16168546,57	22008734,16	8857672,23
	Teste Kruskal-Wallis		H=2483,425; p-value<0,001		
EVA (€)	Micro entidades	37258	-12376,25	135943,97	-4439,87
	Pequenas entidades	1109	9080,95	357125,23	-1577,08
	Médias entidades	62	675755,44	3866054,01	27687,42
	Teste Kruskal-Wallis		H=22,696; p-value<0,001		
ROA (%)	Micro entidades	38726	-2,35	297,27	-0,01
	Pequenas entidades	1109	0,02	0,22	0,01
	Médias entidades	62	0,04	0,11	0,03
	Teste Kruskal-Wallis		H=396,492; p-value<0,001		
ROE (%)	Micro entidades	27230	-4,54	724,43	0,00
	Pequenas entidades	1021	-0,05	1,66	0,07
	Médias entidades	61	0,03	1,04	0,12
	Teste Kruskal-Wallis		H=202,826; p-value<0,001		

Nota: \bar{x} – média; s – desvio padrão; \tilde{x} – mediana;

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se maior concentração em torno do valor médio do capital próprio e passivo nas micro entidades e pequenas entidades.

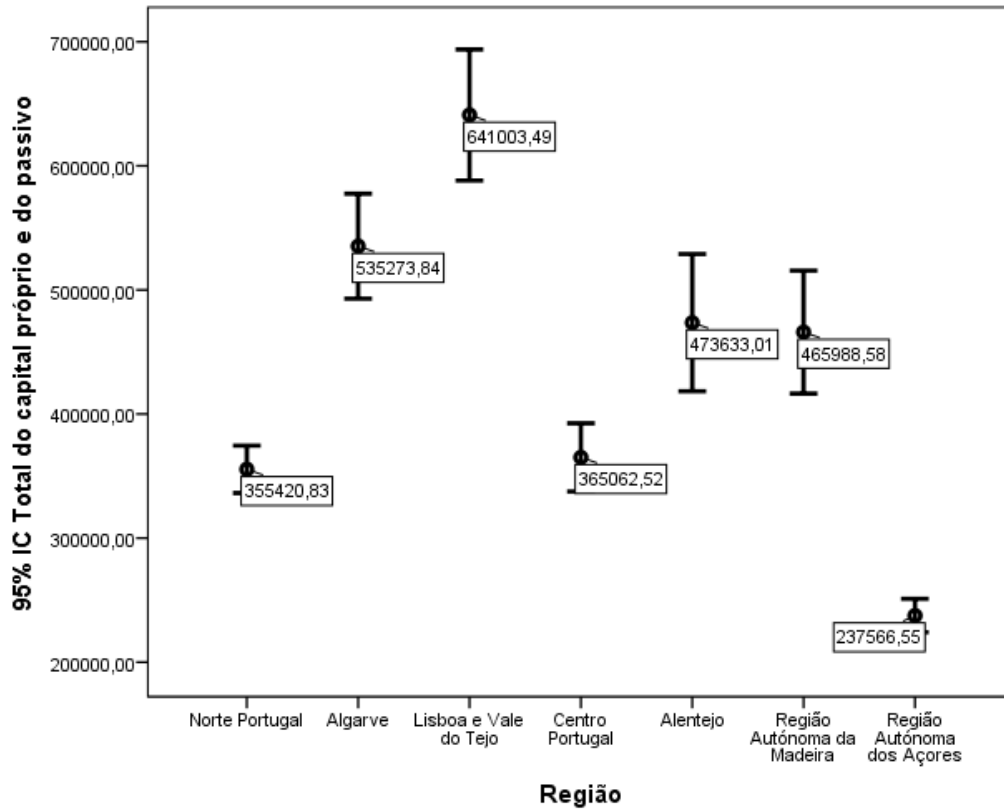


Gráfico 6: Distribuição da média do instrumento Capital próprio e passivo por dimensão.
 Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se maior concentração em torno do valor médio de EVA nas micro entidades e pequenas entidades. A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta um valor mais elevado que o Região Autónoma dos Açores, isto é, mede o retorno obtidos sobre os ativos das empresas, das diferentes regiões.

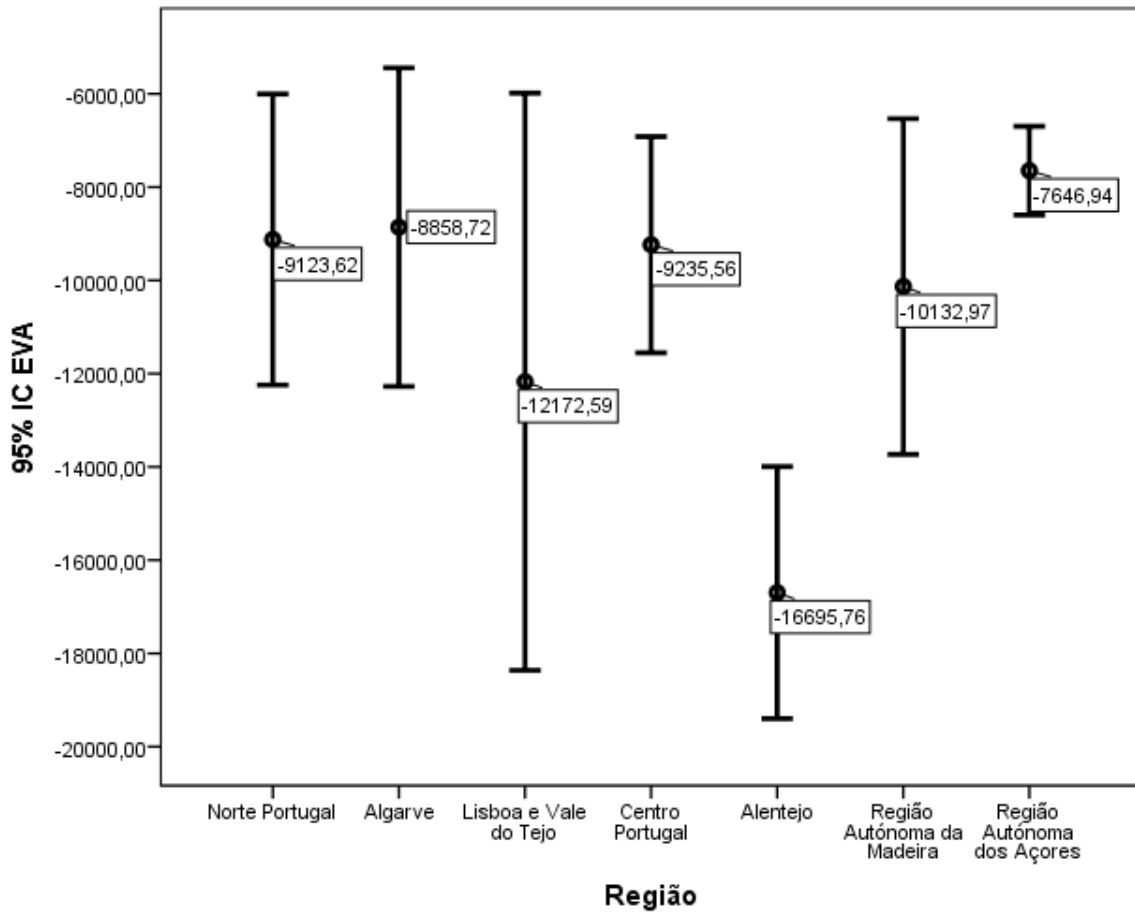


Gráfico 7: Distribuição da média do instrumento EVA por dimensão.
Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se maior concentração em torno do valor médio de ROA nas entidades de pequena e média dimensão. A região do Alentejo é a região que apresenta um valor mais avultado, comparativa as outras regiões, isto deve-se, porque a empresa nesta região tem uma boa gestão, e bons resultados no longo prazo, comparativamente a Região Autónoma dos Açores e ao Algarve que apresentam um EVA menor.

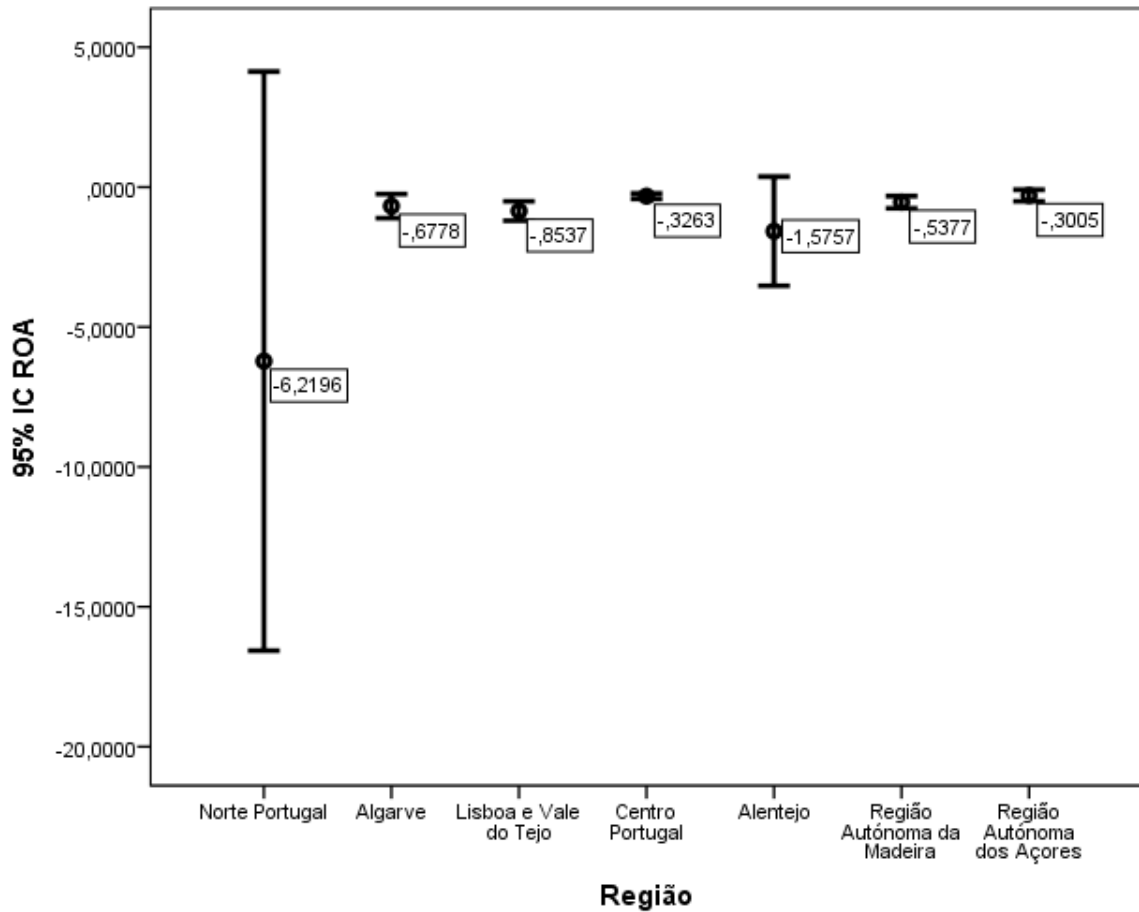


Gráfico 8: Distribuição da média do instrumento ROA por dimensão.
Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se maior concentração em torno do valor médio de ROE nas entidades de pequena e média dimensão. Neste gráfico, verificamos que a Região da Madeira comparativamente a Norte apresenta um valor positivo, pois traduz a rendibilidade dos recursos investidos pelos proprietários, das empresas em investigação.

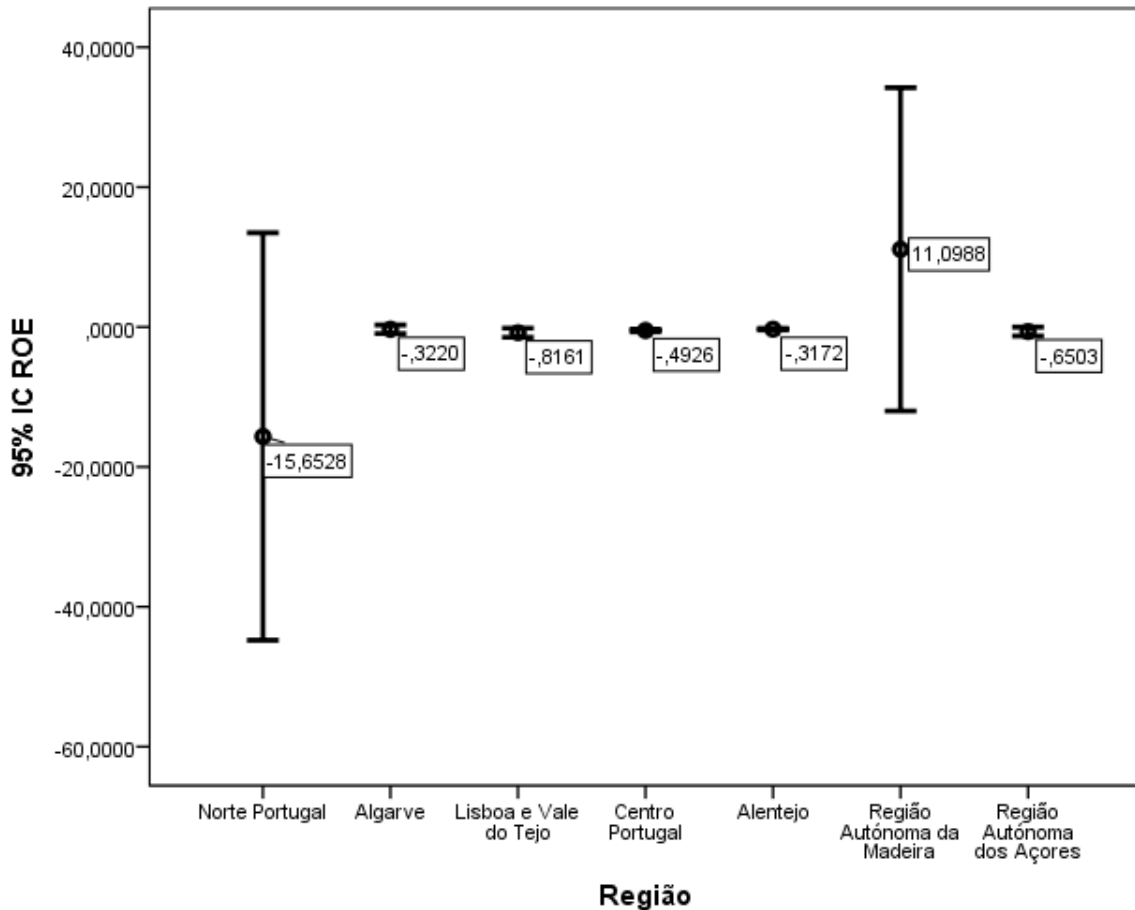


Gráfico 9: Distribuição da média do instrumento ROE por dimensão.
Fonte: Elaboração própria.

Atendendo aos resultados apresentados na Tabela 8 dos indicadores utilizados por parque, permitem visualizar o comportamento das distribuições dos indicadores em torno da média. No que trata o capital próprio e passivo observa-se que o valor médio mais elevado, assim como a maior dispersão acontece nos Outros Parques. Relativamente ao indicador EVA verifica-se que o PNM apresenta o valor médio mais baixo, 1467€. Observa-se que 50% dos Outros Parques apresentaram EVA até -3979,27€. Quanto ao indicador ROA o PNM apresenta o valor médio mais baixo -1,44% com a dispersão mais elevada, 18,17%. Relativamente ao ROE verifica-se o valor mais baixo para os Outros Parques, 0,46%.

Para dar resposta à HI₅ “Existem diferenças por parque natural relativamente a cada indicador que mede a *performance* empresarial” aplicou-se o teste paramétrico *t-Student*. Assim sendo, concluiu-se, a um nível de significância de 5%, a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os parques para o indicador capital próprio e passivo. Por outro lado, as diferenças observadas nos indicadores EVA, ROA e ROE não apresentam significância estatística. Por tal, não se confirma a hipótese de investigação.

Tabela 8: Caracterização dos indicadores para o PNM e os restantes.

Indicador	Parque	n	\bar{X}	s	\tilde{X}
Capital próprio e passivo (%)	Outros	4775	721396,40	3532749,34	118535,56
	PNM	253	93556,64	115718,36	52152,68
	Teste t-Student		T=12,158 ^a ; p-value<0,001		
EVA (€)	Outros	4589	-3462,87	473666,33	-3979,27
	PNM	198	-4001,99	10858,67	-2499,90
	Teste t-Student		T=0,016; p-value=0,987		
ROA (%)	Outros	4740	-0,49	5,59	-0,01
	PNM	253	-1,44	18,17	-0,01
	Teste t-Student		T=0,829 ^a ; p-value=0,408		
ROE (%)	Outros	3249	-0,46	10,54	0,00
	PNM	192	-0,25	1,22	0,00
	Teste t-Student		T=-0,272; p-value=0,786		

Nota: \bar{X} – média; s – desvio padrão; \tilde{X} – mediana; ^a – não se verificou a homogeneidade das variâncias pelo teste de Levene.

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 9: Resumo dos resultados obtidos.

Hipóteses de Investigação	Resultado
HI ₁ : Existe uma associação entre as variáveis região e dimensão empresarial	Corroborada
HI ₂ : Existe uma correlação direta e positiva entre os indicadores que medem a <i>performance</i> empresarial	Não corroborada
HI ₃ : Existem diferenças por região relativamente a cada indicador que mede a <i>performance</i> empresarial	Corroborada
HI ₄ : Existem diferenças por dimensão empresarial relativamente a cada indicador que mede a <i>performance</i> empresarial	Corroborada
HI ₅ : Existem diferenças por parque natural relativamente a cada indicador que mede a <i>performance</i> empresarial	Não corroborada

Fonte: Elaboração própria.

Existem áreas protegidas em Portugal que têm benefícios económico-financeiros mais elevados como é o caso do Litoral Norte e Lisboa e Vale do Tejo, que são áreas que possuem uma maior diversidade populacional, resultando num maior e mais célere desenvolvimento das referidas áreas protegidas, comparativamente ao PNM, que apresenta neste momento, um desenvolvimento económico muito baixo.

Conclusão, limitações e futuras linhas de investigação

Ao finalizar este trabalho, e tal como evidência o título “Os Benefícios Económicos para as Áreas Protegidas”, é de referenciar que o PNM não divulga informação sobre as Áreas Protegidas, no qual se torna difícil a investigação e o desenvolvimento local, o que dificultou a obtenção de informação ao nível local, para comparação dos benefícios económicos destas áreas.

De tal forma, a investigação desenvolvida permite-lhes ponderar sobre a estratégia, isto é, a conservação e a criação de Áreas Protegidas, principalmente na ideia de preservação e conservação de ecossistemas, vivências e tradições, no qual o desenvolvimento económico está com um défice de desenvolvimento.

O PNM baseia na agricultura tradicional ou nos produtos endógenos locais, pois existe o novo paradigma do desenvolvimento rural, no qual o desenvolvimento empresarial visa a evolução local e atração e fixação da população, criação de postos de trabalho, pois encontra-se perto de Espanha e existem recursos que podem ser explorados, no caso do turismo e a criação de empresas.

Atendendo aos resultados, que foram apresentados, relativamente aos três indicadores em estudo, EVA, ROA e ROE, cada um definido pelas suas próprias características, verifica-se que as

empresas do Norte apresentam um valor médio do EVA, mais baixo, em comparação ao Alentejo, Lisboa e Vale do Tejo e a Região Autónoma da Madeira, isto permite dizer que as empresas precisam de avaliar melhor a eficiência do capital investido por cada acionista, pois ele não pode ser utilizado como preditivo de desempenho futuro, especialmente para empresas, como meio de reorganização ou prestes a fazer grandes investimentos de capital. Deve-se ao mesmo tempo, e por depender muito do capital investido, analisar o EVA de um negócio, porque só faz sentido, para atividades de produção intensiva, que transformam insumos e matéria-prima em produtos e bens de consumo. O indicador ROA em comparação ao anterior, apresenta uma visão de eficácia da gestão da empresa na utilização de seus ativos para gerar ganhos, e é na Região do Norte, onde o PNM se localiza, que apresenta um valor inferior em comparação as outras regiões, pois também se deve aos gastos com investimentos que foram pouco rentáveis. Além disso, o resultado indica que os ativos não estão a ser bem aproveitados, como equipamentos obsoletos, gastos elevados e desperdício de recursos. A solução é observar como otimizar a produção sem precisar de fazer mais nenhum investimento. Por fim, o ROE apresenta uma grande diferença entre a região Norte e as restantes, isto é, apresenta valores muito inferiores, pois esta é constituída por microempresas no geral, e é um indicador que relaciona o lucro da empresa com o património líquido. Por outras palavras, aquele em que o investidor avalia a saúde financeira da empresa para decidir se investe nas ações, não é muito comum na população da região Norte investir na bolsa de empresas.

Deste modo, a rentabilidade dos capitais próprios, no ano de 2011 e até meados do ano de 2015 eram negativos, devido á crise que assolou Portugal, denotando-se uma melhoria a partir de 2015 até 2021, o que resultou numa inversão na rentabilidade dos mesmos, nas empresas, passando a um valor positivo, ao contrário do registado até então.

Porém, atualmente as pessoas vêem o parque como um entrave ao desenvolvimento local, pois como se trata de uma área protegida os seus terrenos seriam uma fonte de rendimento mais auferida, não existe neste momento uma gestão deste, existem diversos conflitos, que poderiam ser impulsionadas para a evolução no mesmo. Além disso, as ações de desenvolvimento do PNM têm pouca viabilidade e o impacto dos projetos e estudos é pouco significativo no terreno, deveriam ser mais direcionadas para a monitorização da fauna e da flora e do desenvolvimento económicos da região, criando empresas isto faria com que a região e o parque cresçam a todos os níveis principalmente na questão da atração do turística para a região e na fixação de população, pois um dos grandes dilemas do interior do país é a desertificação.

O presente trabalho tem como limitação o facto de tratar apenas variáveis quantitativas. Como limitação futura sugere-se a realização de um questionário com vista à recolha de algumas variáveis qualitativas para tornar os dados mais robustos, como aprofundar o tema tendo em conta que a região Norte, o caso do PNM procedendo a um estudo sobre a gestão do mesmo.

Referências Bibliográficas

- American Association for the Advancement of Science (AAAS) 2011. Science Magazine [Em Linha]. Washington: AAAS. Disponível em: <http://www.sciencemag.org> [Consult. 26 Novembro 2010].
- Afonso, R. A. da S. (2012). O Parque Natural de Montesinho e a promoção do desenvolvimento local. Universidade de Aveiro.
- Alsoboa, S. S. (2017). The Influence of Economic Value Added and Return on Assets on Created Shareholders Value: A Comparative Study in Jordanian Public Industrial Firms. *International Journal of Economics and Finance*, 9(4), 63. <https://doi.org/10.5539/ijef.v9n4p63>.
- Assaf N., A. (2017). Curso de Administração Financeira. São Paulo: Atlas.
- Best, R., Rogers, A. (1973). *The Urban countryside: The land-use structure of small towns and villages in England and Wales*, London, Faber.
- Borrini-Feyerabend, G., Dudley, N., Jaeger, T., Lassen, B., Pathak Broome, N., Phillips, A., & Sandwith, T. (2013). *Governance of Protected Areas: From understanding to action*. Best Practice Protected Area Guideline Series No. 20. Gland, Switzerland: IUCN. Retrieved from <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-020.pdf>.
- Cumming, G. S. (2016). The relevance and resilience of protected areas in the Anthropocene. *Anthropocene*, 13, 46–56. <https://doi.org/10.1016/j.ancene.2016.03.003>.
- Duarte, C., & Esperança, J. P. (2012). *Empreendedorismo e planeamento financeiro*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Fadigas, L. (2007). *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Ferreira, Ana. (2018). *Determinantes da rentabilidade bancária: a influência da corrupção*.
- Freitas, M. (2012). *Caracterização e Avaliação do Ecoturismo na Ilha da Madeira numa Perspetiva de Desenvolvimento Sustentável (Dissertação de Mestrado em Gestão do Território, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa)*.
- Gitman, L. J. (2004). *Princípios de Administração Financeira*. Trad. Antonio Zoratto Sanvicente. 10ª ed. São Paulo: Pearson.
- Gomes, C. F., & Yasin, M. M. (2011). A systematic benchmarking perspective on performance management of global small to medium-sized organizations: An implementation-based approach. *Benchmarking: An International Journal*, 18(4), 543-562.
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2017). Disponível em: <https://icnf.pt/conservacao/parques/parquenaturaldemontesinho>.

- Leverington, F., Costa, K. L., Courrau, J., Pavese, H., Nolte, C., Marr, M., ... Hockings, M. (2010). Management effectiveness evaluation in protected areas – a global study (2nd ed.). Brisbane, Australia: The University of Queensland. Retrieved from <https://www.iucn.org/content/management-effectiveness-evaluation-protectedareas-a-global-study-second-edition-2010>.
- Marôco, J. (2021). Análise estatística com o SPSS statistics (8ª ed.). ReportNumber.
- Martins, D. (2005). O empreendedorismo como opção de (re)inserção profissional. Porto: Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão do Instituto Politécnico do Porto. Retirado em Fevereiro, 1, 2010 de: <http://doramartins.com/Doc/Empreendedorismo.pdf>.
- Mota, Isabel (2005). Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015.
- Neves, M. E., Henriques, C., & Vilas, J. (2019). Financial performance assessment of electricity companies: Evidence from Portugal. *Operational Research*, 1-49. <https://doi.org/10.1007/s12351-019-00504-1>.
- Neves, E., Batista L., Dias, A & Lisboa, I. (2021). What factors can explain the performance of energy companies in Portugal? Panel Data evidence. *International journal of productivity and performance management*, (forthcoming). <https://doi.org/10.1108/IJPPM-01-2021-0057>.
- Pais, C., Gomes, B. (2008). O Espaço Rural no âmbito das Políticas de Desenvolvimento – O Caso do Pinhal Interior, Coimbra, Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, Cultura, Inovação e Território.
- Pike, A., (et al 2006). *Local and Regional Development*, London, Routledge.
- Rodrigues, A. A. J. (2008). *Gestão da Conservação da Natureza no Parque Natural de Montesinho: a teoria e a prática ao longo de 25 anos*. Universidade dos Açores.
- Shahbaz, Karaman, Kilic, & Uyar, (2020). Board attributes, CSR engagement, and corporate performance: What is the nexus in the energy sector?.
- Silva, A. M. M.; Lopes, W. G. R. (2014). Virtudes e falácias do marketing verde e consumo sustentável: a percepção de servidores públicos de instituições de ensino em Teresina, Piauí. *Rede-Revista Eletrônica do Prodema*, v. 8, n. 2.
- Sousa, C. (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Turato, E. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes.
- Vieira, E. S., Neves, M. E., & Dias, A. G. (2019). Determinants of Portuguese firms' financial performance: panel data evidence. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 68(7), 1323-1342. <https://doi.org/10.1108/IJPPM-06-2018-0210>.
- Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Retirado em Fevereiro, 1, 2010 de: <https://estudogeral.sib.uc.pt/dspace/handle/10316/9731>.

Legislação Consultada:

Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de Julho.

Decreto Regulamentar 5-A/97, de 4 de Abril.

Decreto-Lei n.º 37/88, de 24 de Novembro.

Lei n.º 11/87, de 7 de Abril.

Anexos

Testes à Normalidade

Tabela A1: Teste de *Kolmogorov-Smirnov*.

		EVA	ROA_perc	ROE_perc
n		38429	39897	28312
Parâmetros normais ^{a,b}	Média	-10646,8196	-227,5784	-436,8983
	Desvio Padrão	214697,13983	29287,27212	71045,05442
Diferenças Mais Extremas	Absoluto	,380	,493	,491
	Positivo	,380	,493	,491
	Negativo	-,351	-,483	-,487
Estatística do teste		,380	,493	,491
Significância Sig. (bilateral)		<,001 ^c	<,001 ^c	<,001 ^c

Nota: a. A distribuição do teste é Normal; b. Calculado dos dados; c. Correção de Significância de Lilliefors.

Tabela A2: Teste de *Kolmogorov-Smirnov*.

		Kolmogorov-Smirnov ^a		
Região		Estatística	gl	Sig.
EVA	Norte Portugal	,384	7399	<,001
	Algarve	,307	3425	<,001
	Lisboa e Vale do Tejo	,389	7656	<,001
	Centro Portugal	,346	3461	<,001
	Alentejo	,290	2294	<,001
	Região Autónoma da Madeira	,305	1096	<,001
	Região Autónoma dos Açores	,165	1514	<,001
	ROA_perc	Norte Portugal	,300	7399
Algarve		,195	3425	<,001
Lisboa e Vale do Tejo		,369	7656	<,001
Centro Portugal		,373	3461	<,001
Alentejo		,295	2294	<,001
Região Autónoma da Madeira		,251	1096	<,001
Região Autónoma dos Açores		,289	1514	<,001
ROE_perc		Norte Portugal	,492	7399
	Algarve	,416	3425	<,001
	Lisboa e Vale do Tejo	,445	7656	<,001
	Centro Portugal	,389	3461	<,001
	Alentejo	,344	2294	<,001
	Região Autónoma da Madeira	,502	1096	<,001
	Região Autónoma dos Açores	,438	1514	<,001

Tabela A3: Teste de *Kolmogorov-Smirnov*.

	Dimensão	Kolmogorov-Smirnov ^a		
		Estatística	gl	Sig.
EVA	Microentidades	,218	18435	<,001
	Pequenas entidades	,296	7808	<,001
	Médias entidades	,250	537	<,001
	Grandes entidades	,315	65	<,001
ROA_perc	Microentidades	,341	18435	<,001
	Pequenas entidades	,207	7808	<,001
	Médias entidades	,225	537	<,001
	Grandes entidades	,335	65	<,001
ROE_perc	Microentidades	,490	18435	<,001
	Pequenas entidades	,399	7808	<,001
	Médias entidades	,366	537	<,001
	Grandes entidades	,287	65	<,001